

A PROLIFERAÇÃO DE GRUPOS DE EXTERMÍNIO
É POLÍTICA OFICIOSA. PREPARA A VIOLÊNCIA
QUE AMANHÃ SERÁ USADA CONTRA A
SOCIEDADE ORGANIZADA. PÁGINA 20

BARBÁRIE

Polícia ameaça população revoltada com a chacina de Vigário Geral.



ZECA GUIMARÃES/FOLHA IMAGEM

EM TEMPO:

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT

Nº 270 SETEMBRO 1993 CR\$ 100,00

O programa e a crise

A conjuntura de acirramento da crise nacional e de ausência de alternativas no campo burguês capazes de enfrentarem a candidatura Lula estão levando setores das elites a proporem abertamente o desrespeito às regras do jogo político estabelecidas. Os massacres e chacinas que vitimam setores desprotegidos da sociedade, em geral promovidas pela polícia com o beneplácito dos governos estaduais, são utilizadas para mostrar o desgoverno do país e propor um papel ativo para os militares. As matérias das páginas 4 e 20 analisam aspectos deste quadro, que junto com a ofensiva burguesa em torno da revisão constitucional, discutida na página 3, integra os aspectos mais preocupantes do momento político.

Neste cenário o debate sobre o programa de governo que apresentaremos à sociedade no próximo ano ganha um enorme sentido de urgência. Os companheiros Raul Pont, Emir Sader, Miguel Rosseto e Maurício Waldman discutem aspectos importantes, como a política para as estatais, o Mercosul e os problemas de integração regional, a questão ecológica e a própria idéia de poder, em contribuições valiosas para a formulação de um projeto de nação democrática e soberana.

O debate sobre o balanço do 8º Encontro Nacional do partido travado pela corrente Articulação/Hora da verdade é recuperado através da publicação de um documento discutido em sua reunião nacional de 19 de agosto. E no campo sindical, Rafael Freire e Marilane Teixeira avaliam os resultados da 6ª Plenária Nacional da CUT. O artigo de William Aguiar discutindo os problemas de opressão de gênero no interior do movimento homossexual encerra a lista de temas que abordamos nesta edição do **Em Tempo**.

Boa leitura e até o próximo mês!

EM TEMPO

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonuma, Hugo Manso, Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº 18663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa, Caco Bisol, Fernanda Estima e Fabiano Ciambra
Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138. Barra Funda, São Paulo CEP 01151-000. Fone: 66-5550

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bonfim CEP 90210 Fone: 227-4642.

Índice

3. Nacional: Impedir a revisão patronal

Carlos Henrique Árabe

4. Nacional: A Amazônia e os militares

Paulo Chiesa

5. PT: O melhor ainda está por vir

Documento

6. CMTC: a privatização de Maluf

Italo Cardoso

7. Programa: Democratizar as estatais

Raul Pont

9. Programa: O poder, cadê o poder?

Emir Sader

10. Programa: O Mercosul e o projeto popular

Miguel Rosseto

13. Programa: O PT e o ecologismo popular

Maurício Waldman

15. Espelho, espelho meu... esse preconceito é meu?

William Aguiar

16. Feminismo: Sexualidade e discurso do essencialismo

Raquel Osborne

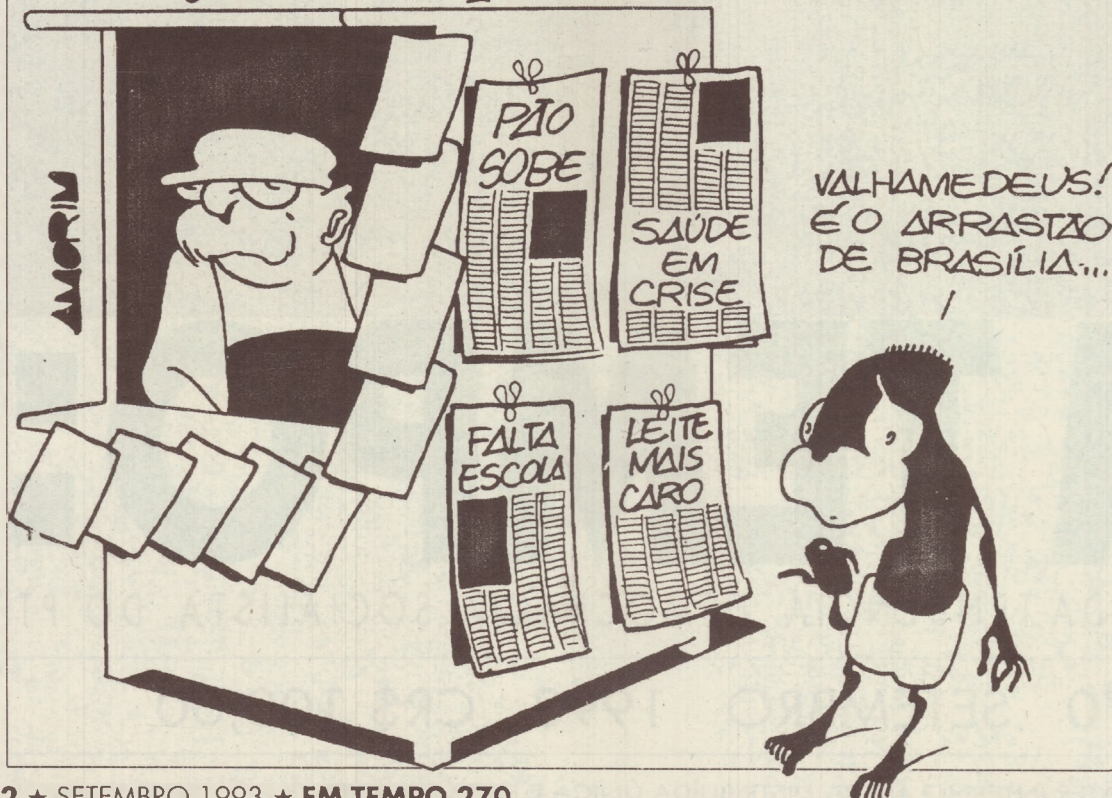
18. Sindical: CUT: avanços na 6ª Plenária

Rafael Freire

20. Violência e crise nacional

José Corrêa

Um jornal que está ao seu lado



Assinando **Brasil Agora** você estará ajudando a fortalecer um tipo de imprensa que não faz coro com os interesses do neoliberalismo. Assine já.

LIGUE GRÁTIS
0800-11.1300

BRASIL
AGORA

Impedir a revisão patronal

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

A disputa em torno da revisão constitucional pode marcar de forma muito decisiva a disputa de hegemonia no país. Pelos interesses em jogo e pelos assuntos potencialmente abertos à modificação, pontos centrais de um programa alternativo para o país, de uma proposta democrática-popular, poderão ser vencidos se a arena da revisão for o atual Congresso. Mais do que isso, se esta revisão se fizer nas condições atuais, quer dizer, à margem de grandes lutas políticas e sociais. É por isso que setores conservadores querem passar por cima da ilegitimidade do atual Congresso e impor a revisão já. E, de outro lado, um conjunto expressivo de forças democráticas lutam para subordinar a revisão ao grande embate político e social que ocorrerá nas eleições de 1994, o que permitirá definir com legitimidade as alterações constitucionais.

Depois de um primeiro momento em que setores democráticos tomaram a dianteira, tem havido uma série de iniciativas visando um processo revisional sumário. A principal destas tem sido a articulação empresarial, que se desenvolve em todos os planos (por "interesse específico", por ramos, por interesses regionais etc).

Vem sendo complementada por iniciativas de acordo prévio entre partidos como o PMDB, PSDB e PFL (regimento, agenda comum etc).

Alvos empresariais

Um dos sentidos básicos é o de conquistar na lei as vitórias ideológicas (e práticas) que a direita neoliberal impôs no cenário mundial e parcialmente no país. Significa retirar entraves legais a um processo "pleno" de privatização, ao processo de internacionalização (superando o que chamam de "discriminação" do capital internacional), à desregulamentação das relações sociais de trabalho. De outro lado, impor determinados reordenamentos políticos ao Estado.

A articulação empresarial se dá a toda velocidade. Um dos exemplos é a recente constituição do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações, que debaixo deste nome aparentemente "bem intencionado", reúne 24 grandes empresas nacionais e estrangeiras (como o Bradesco, Globopar, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Motorola, AT&T) com o objetivo de organizar os meios para alterar o art. 12 da Constituição, que trata do monopólio estatal no setor (cf. *Gazeta Mercantil*, 02/07). O setor rural se articula não só para "proteger" a propriedade (e, naturalmente, as suas conquistas na Constituição de 1988), mas para avançar em aspectos como a questão tributária, visando, por exemplo, retirar da esfera do Governo Federal a responsabilidade sobre o Imposto Territorial Rural, passando-o aos municípios e esvaziando, obviamente, um dos possíveis instrumentos de política agrária - que hoje é praticamente inexistente, mas que poderia ser alterado sob um novo governo (cf. *GM*, 03 e 05/07).

A acelerada articulação empresarial busca definir antes das eleições presidenciais um conjunto de elementos constitucionais para, em primeiro lugar, liberar o máximo de áreas à livre ação do capital, sem qualquer forma de controle social e em segundo lugar, mas não menos importante, estreitar os temas em disputa em 94, amarrar o que for possível agora para que a luta por um governo democrático popular enfrente, já no próprio processo eleitoral, a maior contradição possível entre um programa de mudanças e a Constituição.

O campo democrático popular

Nossa situação nesta disputa tem um grande trunfo, por um lado, que é a proximidade com as eleições quase gerais de 1994, dado o seu caráter de disputa de rumos na sociedade, de definição de uma nova legitimidade para a representação política, de aferição democrática da vontade popular. Anteceder a este processo as alterações constitucionais desejadas pelos conservadores não pode deixar de ser caracterizado como golpe à democracia.

Mas, de outro lado, há problemas importantes. Nosso campo não está plenamente unificado, vozes de dentro do próprio



PT, por exemplo, vem defendendo, apesar da posição partidária, a revisão já. Mais decisivo ainda, a confrontação de programa, de interesses sociais, de projetos para o país, encontra-se bastante atrasada. Deixamos de aproveitar em toda a sua potencialidade dois grandes momentos, que foram a luta pelo impeachment e o plebiscito sobre forma de governo. Nestes momentos, e em particular no segundo (porque, mesmo dispondo de definições para apresentar uma plataforma de reformas democráticas, a atuação prática do PT acabou por diluir-se na frente presidencialista), poderíamos ter avançado um conjunto de propostas relativas à organização econômica e social e à reforma do Estado, apontando um novo projeto de desenvolvimento para o país e confrontando as alternativas de centro e neoliberais. A ausência desta construção, a perda de oportunidades na luta política recente, nos impõe agora a urgência de recuperar o tempo perdido (e os espaços ideológicos concedidos).

Assim, uma questão de maior importância é a defesa de um conjunto de reformas democráticas e a apresentação de linhas mestras de um projeto de desenvolvimento democrático-popular.

Lutas centrais

Na disputa em curso, um aspecto central é o reforço da mobilização (e da unidade) para barrar o golpe da revisão já. Há um conjunto de iniciativas parlamentares a tomar - o processo de revisão, para ser sumário, dependeria de um Congresso eficiente, o que está longe de acontecer e, ao mesmo tempo, propicia inúmeros questionamentos de conteúdo e regimentais que podem fazer o processo mover-se com muita lentidão. A mobilização, de outro lado, não ganhou as ruas e é preciso que isso aconteça o mais rápido possível. Neste sentido, pode contribuir com a formação de uma consciência democrática, mostrar amplamente o que querem os empresários e as manobras em desenvolvimento pelos partidos de centro e de direita.

De outro lado, cabe avançar a luta política e ideológica em torno a tema-chave, nos quais a direita tem mostrado mais iniciativa ou procura retirar de cena. São temas que devemos buscar uma unidade ampla e mesmo transformar em projetos de lei visando conquistas democráticas prévias a 94. Destacam-se a luta contra o programa de privatização, a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela representação proporcional dos eleitores na Câmara, pela afirmação do caráter partidário dos mandatos eletivos. □

Os setores patronais vem tomando a dianteira na articulação da revisão.

A confrontação de programas e projetos para o país está bastante

A Amazônia e os militares

PAULO CHIESA

As Forças armadas procuram uma missão que possa justificar sua existência. E querem encontrá-la na Amazônia.

A Amazônia voltou a ocupar um lugar de destaque nos principais veículos de comunicação do país. E isto quando ainda nem começou a estação seca, momento em que se acendem as fogueiras e os olhares vigilantes da comunidade internacional sobre a mais importante das grandes florestas tropicais que restaram no planeta. Este ano o efeito das queimadas será estudado conjuntamente por cientistas brasileiros e norte-americanos, cumprindo as deliberações da ECO-92. Já está sendo montado um moderno sistema de monitoramento e pesquisa com a cooperação de especialistas dos dois países.

Pelo menos nestas questões parece que o Brasil e EUA se acertam. Aonde a coisa não anda muito bem é na questão militar-estratégica.

Rambos

Os norte-americanos tornaram-se os paladinos do combate no narcotráfico internacional. Isto justifica, para os militares daquele país, o treinamento dos seus *mariners* em selvas tropicais, nos limites fronteiriços do Brasil, mais especificamente entre a Guiana e Suriname. Ou ainda, firmar acordos para a construção de bases militares na Colômbia. Até aí nenhuma novidade, mesmo porque os militares brasileiros sabem destes movimentos e, em alguns casos, até participaram como observadores.

Ocorre que estes fatos aparentemente incomodaram o governo brasileiro e, principal-

mente, nossos chefes militares. Tanto é que no início de agosto reuniu-se o Conselho de Defesa Nacional para tratar centralmente deste assunto. E, pronto, após poucas horas de reunião, já estava decidido o que fazer. Ressuscitar e expandir o projeto Calha Norte (veja box) para toda a região da Amazônia Legal brasileira. Numa primeira etapa, através de uma rede de radares para o qual devem ser desembolsados, sem licitação, uns US\$ 600 milhões. E o programa militar prevê a necessidade de outros US\$ 2,4 bilhões para construir infraestrutura viária e terrestre, povoá-las com militares treinados e reequipar belicamente estas forças estratégicas (isso sem mencionar a quantia necessária para manter para sempre esta parafernália). Mas não se quantifica o impacto ambiental e cultural sobre os povos da floresta e seus territórios. De fato os militares bem desejavam o comando do novo Ministério da Amazônia, mas o governo designou para a pasta o até então embaixador do Brasil nos EUA.

O Itamaraty também tem acompanhado e agido diretamente neste conflito. Preocupados com o avanço dos norte-americanos para a constituição do NAFTA e com os movimentos tático-militares em direção à Amazônia, os diplomatas têm se desdobrado em duas frentes. Por um lado, intensificaram as discussões para avançar na consolidação do Mercosul. De outro, entendem que os acordos de cooperação econômica entre os países da Bacia Amazônica devem ser dinamizados. Os diplomatas com isso

demonstram saber avaliar as possibilidades para o futuro econômico do Brasil (os países latinoamericanos são hoje o segundo mercado externo para os produtos manufaturados brasileiros).

Quem protege os Yanomamis?

A denúncia do genocídio do povo Yanomami caiu como uma luva no palco que vinha sendo montado para esta peça, servindo de pretexto para se propor desde a redução da reserva até a denúncia infundada de que a CIA poderia estar por trás

do ocorrido. E como era de se esperar, promove-se um debate truncado, no qual a sociedade fica à mercê de fatos contraditórios e nada conclusivos. O círculo se fecha e novamente os militares investem politicamente, acusando as ONGs de estarem promovendo a entrega da Amazônia aos interesses internacionais (a ONU e organizações indigenistas de todo mundo definiram 1993 como o ano dos Direitos dos Povos Indígenas, preparando uma Carta de Direitos dos Povos Indígenas).

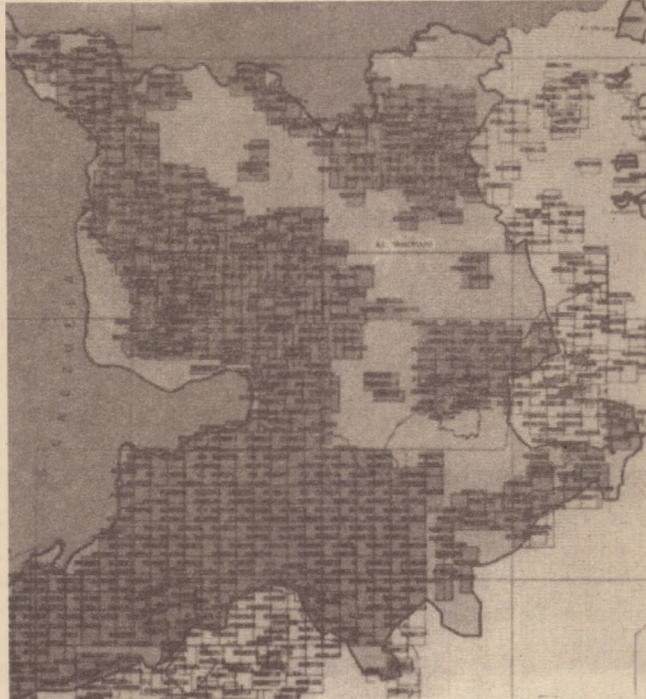
Na campanha em torno da Revisão Constitucional estão na mira a redefinição dos limites das terras indígenas, a introdução de conceitos como povos indígenas aculturados, o papel da

FFAA na defesa da soberania nacional, o retorno de RR, RO e AP à condição de territórios etc. A constatação desnuda para todos, preocupados com a discussão ausente de projeto nacional, que os militares já sabem o que querem. O debate sobre a Amazônia envolve questões ambientais, econômicas, sociais e éticas. E atinge, sob o viés que nos é apresentado pelos porta-vozes militares, o centro da formulação geopolítica e estratégica do Estado. Há algum tempo o exército vem buscando uma razão para existir. Dá para entender que a vastidão da Amazônia, com milhões de obstáculos e dificuldades, pode não só ocupá-los como justificá-los perante a sociedade. Via de regra, tais discussões ficam restritas aos centros de inteligência e às instituições militares. Talvez aí esteja a explicação do porquê que até para o chefe Yanomami Davi Kopenawa só resta pedir a intervenção dos militares para garantir a segurança de seu povo.

O debate no PT

O Governo Paralelo tem debatido o assunto e editou um caderno específico que apresenta idéias e contribuições para pensar alternativas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O documento apresenta critérios e premissas técnicas, ambientais e políticas importantes para planejar a ocupação e desenvolvimento da região e acentua a necessidade de diálogo com as populações e povos amazônicos. Entretanto, o alcance destas formulações ainda é restrito à militância partidária. O conjunto dos brasileiros mantém-se à margem desta discussão. O debate promete ampliar-se como aconteceu em 1988, na Constituinte, desta vez no âmbito de uma possível revisão constitucional e das eleições de 1994.

Uma boa dose de desinformação, preconceitos e falsas idéias é o que nos impede hoje de vislumbrar saídas alternativas para estes problemas. Entretanto, são reais e estão diretamente ligados à discussão e formulação estratégica do governo democrático e popular. Cedo ou tarde teremos de responder: qual o papel das Forças Armadas e da Amazônia para a auto-determinação da nação brasileira? □



Os alvarás concedidos às empresas de mineração cobrem a reserva Yanomami

Calha Norte

Este é um projeto estratégico-militar formulado sigilosamente pelas FFAA/Serviços de Inteligência durante o governo Figueiredo e revelado em 1988, a partir das denúncias de inúmeras ONGs e organizações da sociedade civil. Ele prevê a ocupação da faixa de fronteira que se estende ao norte da calha dos Rios Amazonas e Solimões com a construção de bases militares e infraestrutura de suporte para o povoamento/colonização. Na época, o país acordava para os desastres ambientais e sociais provocados por grandes projetos de usinas, rodovias e projetos fracassados de colonização na Amazônia. O projeto foi suspenso em tese, basicamente por motivos orçamentários. Em tese, porque os pressupostos básicos do Calha Norte continuam a existir, impedindo a demarcação das áreas indígenas e extrativistas em regiões de fronteira, insinuando que as ONGs fazem parte de um plano de assalto à região e mantendo inalterada a ocupação desordenada e a exploração mineral/florestal desastrosa na região. O projeto Calha Norte é muito mais uma idéia viva, um conceito de segurança e estratégia geopolítica, do que um orçamento ou cronograma de obras restrito a uma faixa do território amazônico.

O melhor ainda está por vir

No dia 19 de agosto, a *Articulação/Horada Verdade* realizou uma reunião em São Paulo, para avaliar o 8º Encontro, discutir as tarefas do PT e o futuro da *Articulação/HV*. Reproduzimos a seguir um dos textos preparatórios desta reunião. Os intertítulos são de nossa responsabilidade.

A nova direção nacional do PT tem sob sua responsabilidade conduzir o partido nas disputas deste e do próximo ano, dirigir a campanha Lula 94 e enfrentar o quadro pós-eleitoral, que será, em qualquer caso, extremamente complexo.

O sucesso no cumprimento destas tarefas dependerá de uma série de fatores, entre os quais destacam-se: a reorganização partidária e a reconstrução de nossa capacidade dirigente; um salto de qualidade nos movimentos sociais; a sincronia entre nossa tática política e a ação das prefeituras e bancadas; um programa de governo, uma política de alianças e uma linha de campanha à altura dos desafios nacionais; e uma postura mais ofensiva e socialista na luta político-ideológica.

Desse ponto de vista, o 8º Encontro foi extremamente positivo, na medida que aprovou resoluções e elegeu uma direção comprometidas com o equacionamento, pela esquerda, de cada um destes elementos. Entretanto, o 8º Encontro deve ser considerado como um primeiro passo de um processo de resgate dos princípios partidários, que está longe de se concluir.

Com base nas resoluções do Encontro, nas posições conquistadas nos diversos níveis de direção e na injeção de ânimo que o giro à esquerda proporcionou à militância, o maior desafio da "nova maioria" partidária será transformar-se em "nova hegemonia". Ou seja: Uma opção de esquerda deve ser capaz de exercer o papel que, especialmente a partir do 5º Encontro Nacional, foi cumprido pela antiga *Articulação*. Isso, em condições novas, substancialmente diferentes daquelas em que atuou a antiga *Articulação*: maioria nos estados, com menores diferenças políticas no interior do partido. Mais que isso: a velha *Articulação* foi dominante em um período histórico marcado pelo surgimento e pela afirmação do PT, como partido de massas, acumulando forças na luta democrática e se credenciando como alternativa nacional. A velha *Articulação* foi hegemônica porque soube responder a contento aqueles desafios; e deixou de sê-lo na exata medida em que não conseguiu responder aos desafios do novo período histórico, em que o PT já se constituiu como alternativa real, obrigado a uma postura mais ofensiva, mais radical, mais socialista e claramente dedicada a conquista e ao exercício do poder.

Três desafios

Transformar a nova maioria em nova hegemonia exige a combinação de três qualidades: elaboração política consistente, capacidade de direção e de diálogo com o partido, os movimentos e a sociedade. Trata-se, portanto, de uma tarefa complexa.

Em primeiro lugar, a nova maioria surgida do Encontro é relativa (36,5%) e pouco orgânica. Mesmo seu núcleo central, constituído pela *Articulação/HV*, ainda tem que vencer uma etapa de consolidação de suas propostas e de seu perfil organizativo. Nesse sentido, é urgente reforçar o núcleo que está a frente da Executiva Nacional, consolidando um fórum permanente de consulta entre os integrantes da chapa.

Em segundo lugar, as resoluções do 8º Encontro são apenas as diretrizes de uma estratégia para o período. Ainda não constituem o sucedâneo, para o período atual, do que foram as resoluções do 5º Encontro, responsáveis em grande medida pelo crescimento e pelas vitórias políticas experimentadas pelo partido no período 1987/1989. Cumpre lembrar, entretanto, que esse caráter ainda preliminar das resoluções do Encontro Nacional deve-se não apenas às dificuldades do Partido (e nossas) em formular política de longo prazo. Pesou nisso, também, a postura dos setores majoritários do Unidade na Luta, que optaram por escamotear o debate de fundo.

O próximo Encontro Nacional, responsável por elaborar o Programa de Governo, a política de alianças e a tática da campanha Lula, é o espaço adequado para dar acabamento às nossas reflexões estratégicas. A formulação de uma estratégia para o período exigirá o resgate de uma das qualidades da velha *Articulação*: o método da elaboração coletiva, envolvendo o

conjunto da militância e tomando, como ponto de partida, a difusão e o debate das resoluções do próprio Encontro Nacional. Exige ainda unificar os esforços do conjunto de setores que integram Uma opção de esquerda, um diálogo qualificado com o Na luta, PT e setores de Unidade na Luta. Iniciativas concretas devem ser tomadas nesse sentido, como a constituição de um coletivo permanente de debate e a aprovação de um calendário comum de discussões.

Em terceiro lugar, convém ressaltar que a nova direção recebe o partido em condições críticas, tanto do ponto de vista operacional (faltam recursos financeiros e humanos) quanto político (dois anos de predomínio de uma concepção que valorizava os centros autônomos de poder, em detrimento das instâncias). Herança que constitui um fator de desgaste para a nova direção, que deve reverter o quadro com iniciativa política, capacidade de direção e sensibilidade democrática.

Raízes da derrota da Articulação

Em quarto lugar, é preciso reconhecer que a visibilidade e a experiência dos setores derrotados no 8º Encontro suplantam a dos setores vitoriosos. No último encontro nacional, não foi derrotada apenas a direita do partido, mas também o núcleo que dirigiu o PT durante os últimos 10 anos. Não foi, portanto, uma derrota da "direita" do partido, ainda que seja plenamente verdadeiro afirmar que as posições do chamado Projeto para o Brasil foram colocadas no seu devido lugar.

A derrota do antigo núcleo dirigente do Partido ocorreu porque, especialmente a partir do 1º Congresso, suas principais lideranças realizaram um giro à direita, aproximando-se estrategicamente e doutrinariamente das concepções do chamado Projeto para o Brasil, posições estas que foram derrotadas ao longo do Congresso. Ao se afastar das posições da maioria da base partidária, aquelas lideranças não apenas perderam a capacidade de enfrentar a conjuntura política bastante complexa da era Collor, perderam também, paulatinamente, a legitimidade de quem dispunham, já bastante puída pelo inevitável desgaste de quem é maioria por longo tempo. Isso resultou, em 1993, numa impressionante seqüência de derrotas: na discussão sobre o governo Itamar, na eleição do líder da bancada, no plebiscito sobre sistema de governo, nos encontros partidários.

Uma conjunção de outros fatores concorreu para a derrota do antigo núcleo dirigente do Partido: o surgimento da *Articulação/HV*; a evolução da conjuntura política, que dificultou sobremaneira a defesa de teses moderadas; e o profundo desgaste político e orgânico experimentado pelo setor da *Articulação* majoritário na antiga executiva nacional.

Essa conjunção, por sua vez, inviabilizou dois desenlaces que teriam sido prejudiciais para o Partido: a vitória de uma aliança entre Unidade na Luta e Projeto para o Brasil, tentada já no 1º Congresso e, depois, com a conhecida Operação Comodoro; e uma chapa única da *Articulação*, escamoteando as divergências acumuladas ao longo de pelo menos dois anos, tal como era proposto pela setores de Unidade na Luta mais próximos a nós.

O surgimento da *Articulação/HV* teve papel destacado para impedir aqueles dois desenlaces. Nesse particular, faz-se necessário lembrar que, do surgimento de nosso manifesto, em fevereiro de 1993, até o 8º Encontro, fomos combatidos sem piedade, em nome da "unidade da *Articulação*". Dessa ação participaram inclusive aqueles que, no Unidade na Luta, tinham

Transformar a nova maioria em nova hegemonia é uma tarefa complexa.



Picasso

A visibilidade e experiência dos setores derrotados no 8º EN suplantam a dos vitoriosos.

maior proximidade política conosco. Com a legitimidade de quem, durante o 1º Congresso, defendeu posições de esquerda e combateu a aliança com o Projeto para o Brasil, aqueles companheiros propunham, na prática, uma "renovação conservadora": vitoriosas suas posições, teríamos um repeteço melhorado do 1º Congresso: boas resoluções, mas uma direção que não expressaria isto, passando a impressão, para o Partido, de que as divergências não passavam de teatro. O que esses companheiros - a "esquerda do Unidade na Luta" - não perceberam é que a postura de seus companheiros de viagem era a de escamotear o debate para preservar espaço no aparelho.

Tudo indica que o bordão - "não há tantas diferenças entre nós que justifiquem a divisão" - voltará a ser usado. Afinal, a "nova maioria" partidária ainda não está consolidada. É evidente que o antigo núcleo dirigente tentará recuperar espaços perdidos, buscando menos disputar e mais colaborar conosco. O que poderá ser tanto um exercício de hegemonia nossa, quanto deles, a depender de quem dirija o processo.

Contando com importantes posições na malha partidária e fora dela, favorecidos por uma generosa cobertura da imprensa, dispondo de "máquinas eleitorais" preparadas para enfrentar as eleições de 1994 e dispondo da experiência de quem dirigiu o Partido por uma década, Unidade na Luta disputará conosco a condição de centro hegemônico do Partido.

Nova hegemonia

Nosso sucesso nesta disputa está vinculado ao sucesso do próprio PT naquelas metas que foram estabelecidas pelo 8º Encontro. E isto, por sua vez, dependerá da capaci-

dade da Articulação/Hora da Verdade em garantir o cumprimento das resoluções do Encontro, formular políticas, hegemonizar os demais setores do partido. Faz-se necessário dar maior organicidade a Uma opção de esquerda, estabelecer um diálogo constante com o Na Luta, PT e atrair setores do Unidade na Luta, isolando sua ala xiita.

É evidente que a própria Articulação/HV possui diferenças políticas internas, expressas por exemplo no timing com que cada setor se integrou ao nosso movimento, na maior ou menor tolerância frente a Unidade na Luta e Na Luta, PT. Até por isso, a nossa consolidação como tendência supõe um debate político sobre as propostas para o próximo Encontro Nacional. Será o grau de unidade política em relação as tarefas futuras do Partido que determinará o grau de organicidade que poderemos assumir.

De toda forma, devemos evitar a inorganicidade e a falta de solidariedade que marcaram a experiência da Articulação, especialmente em sua última fase. Importante também é entender que a nova fase da vida interna impõe a construção de campos políticos, mais do que tendências no sentido estrito da palavra. Até porque não há terceira via: ou bem a Opção de Esquerda materializa as aspirações que nos possibilitaram vencer o 8º Encontro, ou será total o nosso descrédito. Por isso, devemos ter abertura para estreitar laços, nos estados e nacionalmente, com setores da Opção de Esquerda ou não.

Na mesma linha, tanto como maioria da direção quanto como tendência, devemos acompanhar e interferir no processo que se desenvolve na Articulação Sindical, onde diversos setores têm plena consciência de que a CUT também necessita de uma nova direção. Sem pretender copiar processos que tiveram sucesso no Partido, devemos abrir o debate sobre a questão e colaborar no que for possível. O que, diga-se, é uma tarefa do conjunto do PT.

Finalmente, cabe lembrar que as forças que empurraram o PT para a direita continuam atuando: a crise do socialismo, a ofensiva neoliberal, as dificuldades dos movimentos sociais, a cooptação pela institucionalidade. Em particular, cumpre recordar que nosso caminho estratégico - cujo aspecto central é a disputa e o exercício do governo - é extremamente arriscado, sendo que a quase totalidade dos partidos de esquerda que o trilham abandonaram seus laços com o socialismo e com a revolução. Por isso, como dizia o apóstolo, é preciso orar e vigiar. Porque o melhor (e o pior) ainda estão por vir. □



Picasso

CMTC: a privatização de Maluf

A privatização da CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo) coloca Maluf na linha de frente da ofensiva neoliberal no país. A CMTC é responsável pelo gerenciamento do sistema e por 30% dos passageiros transportados em ônibus na cidade, com cerca de 2,7 mil carros e 24 mil funcionários. O processo em curso concentra os aspectos mais perversos da política neoliberal.

Em primeiro lugar, entrega o controle de um serviço público essencial - o transporte coletivo - à iniciativa privada, num processo onde a desregulamentação é a contrapartida do fim do subsídio. Cada vez mais os preços, trajetos, horários, a qualidade e a segurança do serviço serão determinados pela relação de forças entre os empresários e a população ameaçada de ficar a pé.

Em segundo lugar, a privatização da CMTC é um assalto ao patrimônio público. O desmonte começa pela redução da operação: os ônibus mais antigos são leiloados e a operação dos mais novos é entregue à iniciativa privada. São exatamente as linhas mais rentáveis que estão sendo licitadas no primeiro lote de mil ônibus (processo iniciado em junho, com abertura dos envelopes em agosto). A participação de empresas da construção civil nas licitações mostra uma associação com os empresários do transporte que permitirá que garagens em zonas cobijadas, com alto valor imobiliário, sejam transformadas em grandes prédios co-

merciais. A dívida da CMTC, que atinge 640 milhões de dólares, não será repassada e continuará pesando no orçamento.

Em terceiro lugar, o processo de privatização não apenas gera desemprego mas visa desorganizar e desmoralizar uma categoria com importante capacidade de luta. Já são 4,5 mil demissões só na CMTC e estão previstas outras 14 mil até o final do ano. Os trabalhadores da CMTC têm conquistas (entre elas, o plano de cargos) que não foram estendidas aos funcionários das particulares; mas têm, sobretudo, uma experiência de luta e organização através das comissões de garagem.

Em quarto lugar, trata-se de uma privatização por decreto. Nem mesmo a Câmara foi consultada. Pesquisas da própria administração mostram que ampla maioria da população (84%) não quer o monopólio das particulares no transporte coletivo.

Consequências

As consequências da privatização já se manifestam. Maluf acusou a gestão petista de pagar muito caro pelo transporte e prometeu reduzir a remuneração por passageiro a US\$ 0,30. Hoje, final de agosto, a tarifa já atinge os US\$ 0,47 (maior valor desde início de 1991). E os empresários exigem, no mínimo, US\$ 0,56. Desde o início do ano, a frota circulante foi reduzida em cerca de 20%. Os efeitos da política de Maluf, no entanto, são atenuados pela manutenção provisória do subsídio (direto ou através do vale-

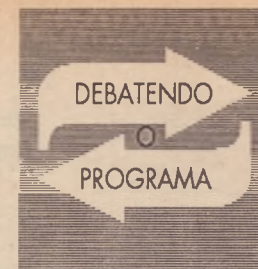
desemprego, idoso, estudante) e pela presença de cerca de 2700 ônibus clandestinos operando nos mesmos trajetos dos regulares sem as mínimas condições de segurança. A convivência com os clandestinos está roubando dos cofres públicos uma importante parcela da receita.

A resistência à privatização tem sido encabeçada pelos trabalhadores do transporte. A categoria já realizou várias paralisações em corredores e garagens e operações "catraca livre". O Fórum em Defesa do Transporte Público organizou atos públicos e um protesto no dia da abertura dos primeiros envelopes (3 de agosto, no Anhembi) e entregou à Câmara Municipal um pedido de plebiscito com 70 mil assinaturas.

Todas essas iniciativas têm se mostrado, no entanto, insuficientes para barrar o processo de privatização. De um lado, os trabalhadores têm que recuperar um tempo que foi perdido - por exemplo, quando a campanha salarial de maio foi desvinculada da luta contra a privatização. De outro lado, os movimentos populares apenas começaram a unificação necessária. O PT participa da luta contra a privatização defendendo a tarifa social e o retorno ao sistema da municipalização, onde as empresas eram remuneradas segundo a qualidade do serviço prestado.

Ítalo Cardoso é vereador e vice-presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Democratizar as estatais



RAUL PONT

O capitalismo nasceu como um dos resultados da ação do Estado. O mercantilismo foi o principal instrumento do Estado absolutista no processo de acumulação primitiva do capital. Dessa época até hoje, o capitalismo sempre conheceu momentos de maior ou menor intervenção do Estado nas atividades econômicas.

A recente onda de privatização só pode ser atendida como um fenômeno vinculado a uma conjuntura histórica específica, de crise econômica, com grandes dificuldades do capital manter suas taxas de lucro anteriores e pela busca de novas alternativas. O momento indica também uma mudança na correlação de forças em detrimento dos trabalhadores e hegemonia do projeto neoliberal no campo burguês.

O processo de privatização acelerou-se nos últimos anos. Mas, mesmo com toda pressão ideológica do chamado neoliberalismo, a partir de 1980/81, o Banco Mundial calcula que até 1988 em todo o mundo, houve pouco mais de 400 privatizações. Nas maiores economias (EUA, Japão, Alemanha) essa conta não passou de duas dezenas de casos.

A explicação para a aceleração recente dos processos de privatização, num momento em que a ideologia neoliberal começa a perder fôlego é, de um lado, a pressão de uma recessão internacional que comprime a rentabilidade do capital e força-o a buscar novos campos de investimentos ou estratégias de sobrevivências na disputa pela hegemonia, e de outro, as mudanças no leste europeu e seu impacto tanto nesses países como a nível internacional, estimulando setores da burguesia a empreender o saque aberto ao Estado.

Nos países subdesenvolvidos o discurso neoliberal teve um papel ideológico destacado no enfrentamento às propostas políticas da esquerda, populistas ou não, nas quais o Estado sempre aparecia como um elemento chave para o desenvolvimento econômico.

Esse discurso ideológico teve grande audiência, mais pela profunda crise vivida pelas burocracias do leste europeu, do que pela realidade dos países onde se origina o discurso. Nestes, a participação do Estado em setores de telecomunicações, por exemplo, é total na Alemanha, França, Itália, Áustria, Suécia, Suíça, Países Baixos etc. Na energia elétrica, a situação é semelhante na Alemanha, França, Itália, Inglaterra, Áustria e outros. Os correios e as ferrovias, o setor do petróleo e petroquímico na maioria dos países capitalistas, igualmente, são estatais.

Isso sem falar nas políticas protecionistas de subsídios e de incentivos, que tornam hipócrita qualquer pregação liberal livre de concorrência de mercados. Ou, no sempre exaltado "modelo" dos tigres asiáticos (Coreia, Taiwan etc). Como se estes não estivessem no Estado a pedra angular de seus rápidos crescimentos.

Esconde, também, o fato de que as políticas estatizantes não tiveram um caráter só de vínculo com o populismo ou das experiências burocratizadas do leste. No Brasil, o pragmatismo do regime militar pós 1964 foi muito mais estatizante do que o populismo nacionalista do getulismo.

A crise e as medidas que marcam o projeto neoliberal - como privatizações, desregulamentação, abertura de mercados, corte nos gastos sociais, redução do papel do Estado - não constituem um novo modo de regulação estável, semelhante ao chamado "keynesiano-fordista" que prevaleceu nos países capitalistas centrais entre a Segunda Guerra mundial e os anos 70. O que ele está constituindo é uma explosiva dualização das sociedades capitalistas centrais em 2/3 de integrados em diferentes graus de mercado e 1/3 de excluídos. As privatizações, que não são apenas de empresas produtivas, mas também de serviços sociais como educação, saúde, previdência social, financiamento da casa própria etc são um pilar deste processo de constituição de sociedades duais.

Em todas as partes do mundo, as privatizações estão envolvendo a pilhagem de bens públicos. É impossível empreender a transparência de grandes volumes de recursos com transparência nos marcos capitalistas, onde o norma é a maximização

do lucro. Assim, as privatizações estão alimentando a onda de corrupções e negociatas que envolvem a relação entre empresas e governos nos mais variados países, da Itália à Argentina, da França do México, da Espanha ao Brasil.

A situação no Brasil

A montagem e expansão do setor produtivo estatal foi fundamental para a estruturação de um parque industrial e para estimular a acumulação de capital no Brasil. Essa "revolução passiva", que marcou a formação do Estado industrial brasileiro, deixou marcas profundas também na vida política do país. Esse papel de "tutor" da burguesia pelo Estado industrial criou uma cultura nacionalista no populismo que, mesmo não sendo levado às últimas consequências pela classe dominante, impregnou de maneira sensível a vida política nos anos 50 e 60.

O esgotamento da industrialização por substituição de importações na virada dos anos 80 atingiu o conjunto da economia e golpeou também este setor, agora engordado pelo enorme crescimento vivido pelo pragmatismo do regime militar que multiplicou a presença do Estado na economia, principalmente em setores de ponta.

Mesmo o modelo de integração ao capitalismo internacional pós-64, não conseguiu acabar com a necessária ação do Estado nos grandes investimentos e o chamado tripé (capitalismo internacional, capitalismo nacional e Estado) acabou determinando que este último fosse responsável por um significativo parque industrial e de infraestrutura de serviços como energia e telecomunicações.

Uma das estratégias da burguesia brasileira nesse período foi privatizar o Estado, para apropriar-se de recursos públicos, infraestrutura, insumos subsidiados (siderurgia e petroquímica), tarifas comprimidas (água, telefone, energia) e utilização de empresas públicas para captar recursos externos. Tudo isso contribuiu para sucatear as empresas estatais e reforçar o processo maior de privatização do Estado que resultou no crescimento da dívida interna e externa e na crise fiscal.

O governo Collor, com a *conivência da maioria do Congresso*, através da Lei 8031, levou este processo até as últimas consequências, empreendendo a venda das empresas estatais. Para isso, o processo de sucateamento foi largamente utilizado. *Na crise, nada melhor para o setor privado que lucra com a inflação e a especulação financeira que se apropriar de reais, alguns altamente rentáveis, através do expediente das "moedas podres" e subavaliação patrimoniais.*

Esse processo é continuado pelo governo Itamar, com apoio e sustentação da direita e dos partidos de centro como PMDB e PSDB e tem sido marcado por uma gigantesca corrupção e favorecimentos, onde os escândalos das Usiminas e CSN, o péssimo negócio com as centrais petroquímicas como a Copesul são exemplos marcantes.

O objetivo explícito da burguesia é completar o processo: da Petrobrás a produção de energia elétrica, do transporte público à Embraer, das telecomunicações a extração e processamento de minérios. Há também o processo de sucateamento dos serviços sociais como saúde, educação e previdência social, muito mais prejudicial à maioria da população, pois incide diretamente sobre suas condições de vida.

A ideologia privatista

Um conjunto de argumentos falaciosos permeia a ideologia privatista e adquire força pelo poderoso instrumento de mídia

As privatizações são parte do processo de construção de sociedades duais, envolvendo sempre a pilhagem de bens públicos.



Rene Magritte

o PT tem assumido uma posição ambígua, vacilante, na luta contra a privatização.

que a veicula, principalmente a TV em sua cobertura, reportagens ou noticiário. Os mais comuns são os seguintes:

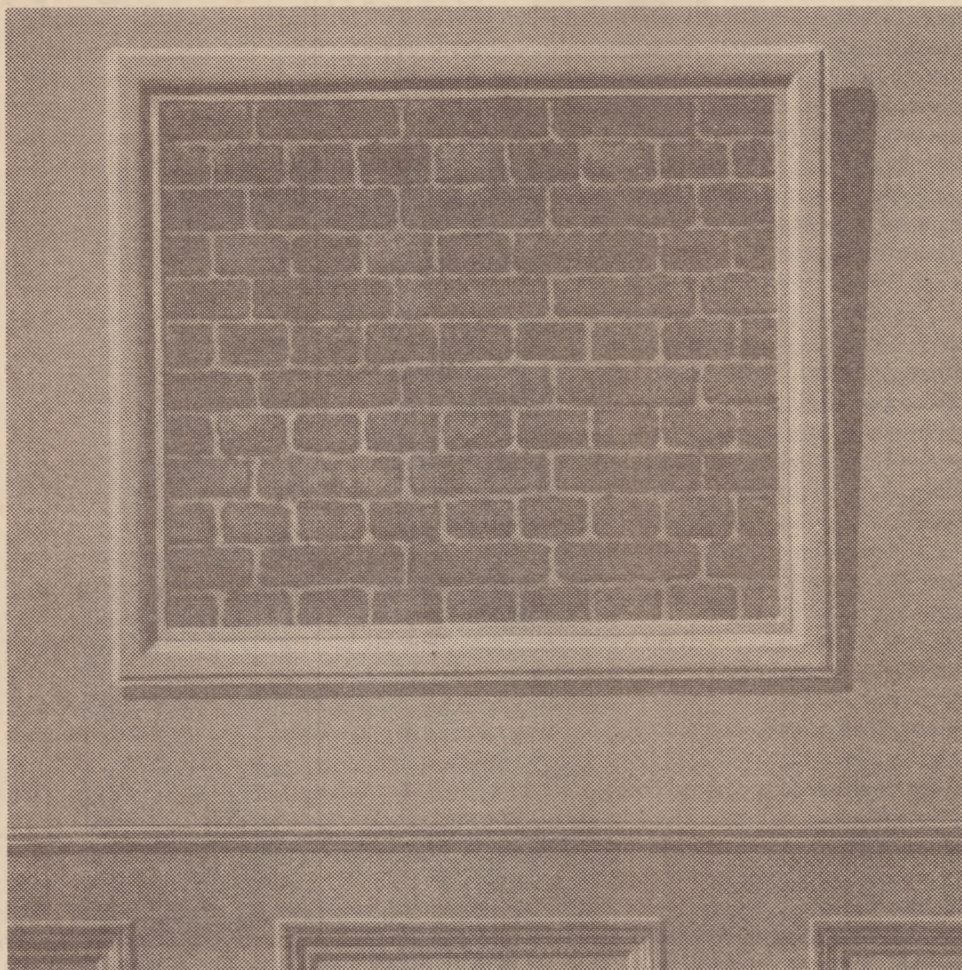
1 - As empresas estatais envolvem as mais variadas atividades, muitas inúteis para a sociedade, de participação acionária em empresas sem nenhuma relevância estratégica, até a propriedade de motéis. Os casos mais "exóticos" não tem nenhuma significação econômica. Não haveria objeções de ninguém a sua privatização. O BNDES-PAR se constitui num salvavidas de crises e falências de empresas privadas, sustentadas pelo compadrio dos últimos governos.

Mas estes casos são utilizados como álibis para a privatização de uma parcela enorme de setores vitais da estrutura produtiva do país na constituição de um núcleo nacional que sustentasse a retomada do crescimento.

2 - As empresas estatais são ineficientes, enquanto as empresas privadas são eficientes. Isso não se sustenta. As mesmas acusações de ineficiência, burocratismo e corporativismo são feitas pelas publicações empresariais às grandes corporações privadas nos EUA, como a IBM, a SEARS, a GM etc. Elas são decorrência da ausência de controle social sobre grandes estruturas burocráticas e monopolistas, podendo se dar tanto no caso de empresas privadas como públicas. E a democratização de um monopólio privado é muito mais difícil de que uma empresa estatal.

3 - O enxugamento do Estado corresponde ao estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento para o país. Não é verdade. A privatização responde não a um novo projeto, mas a uma pressão empírica de grupos capitalistas e instituições financeiras internacionais com interesses particulares. Nem o governo, muito menos o BNDES possuem uma política industrial para o país que busque crescimento econômico com desenvolvimento e justiça social.

4 - A privatização visaria priorizar o papel do Estado nos serviços sociais como educação, saúde, previdência etc.



René Magritte

Isso não aconteceu em lugar nenhum do mundo e muito menos no Brasil. As privatizações são umas das facetas de uma política anti-popular, que vem sempre acompanhada de cortes também nos gastos sociais. Para isto, basta ver a situação e a participação recente na educação, na saúde, na previdência e seguridade social.

5 - O modelo de economia do leste europeu seria a referência das estatais. Não é verdade.

O combate à privatização pode ser feito de vários pontos de vista, inclusive na defesa da política social democrata do "Estado do Bem Estar Social" ou da visão nacionalista do

populismo latinoamericano.

O sistema econômico, social e político das ditaduras do leste europeu é indelével e o projeto de sociedade nosso, do PT, nada tem a ver com o que foram esses regimes burocratizados.

Nossa proposta

O PT, principalmente através de membros da bancada federal, tem assumido uma posição ambígua, vacilante, sobre essas questões e precisa ser mais ousado e decidido na defesa das empresas públicas pelo que elas representam.

1. São uma sólida base nas mãos de um governo democrático e popular para qualquer política de retomada do crescimento econômico dirigido para um projeto nacional e que pense o país integrado na América Latina. Não há um exemplo mundial, nos países capitalistas centrais ou nos "tigres asiáticos", mais recentemente, de construção de uma economia sólida sem um núcleo nacional e soberano que a sustente.

2. São organizadoras de uma base social cujas vanguardas, em sua maioria, estão identificadas com a CUT e o PT e o que representamos; são formadoras, não apenas de vanguardas sociais, de quadros técnicos capazes e necessários para compor equipes de gestão governamental e do setor público em governos de esquerda.

Essa base social foi importante na construção do partido e da CUT e é equivocado ver a defesa que fazem de seus empregos e das empresas estatais como ação corporativa. Sua luta, como a nossa, deve estar dirigida para transformá-las em verdadeiras empresas públicas e democratizadas na sua gestão e em seus objetivos.

3. São fruto de experiências da luta popular antiimperialista dos anos 50 e 60, que estiveram mais identificadas com o populismo, e hoje tendem a aceitar uma hegemonia nossa, socialista. Esse sentimento ainda é forte, pois sua base é real e permanece na presença cotidiana do imperialismo, e se não o assumirmos e canalizarmos para um projeto coerente e moderno, renascerá pela direita militar e/ou autoritária, bonapartista, como já ocorreu em outras oportunidades.

Os marcos gerais do tratamento programático desta questão, incluindo a democratização da economia, é o fio condutor de nossa luta pela substituição do capitalismo por uma sociedade socialista.

Sabemos que estatizar não significa socializar e uma socialização das atividades econômicas exige não só a superação da propriedade privada nos moldes atuais, mas também uma efetiva participação dos trabalhadores diretamente envolvidos na sua gestão, o controle da sociedade civil sobre suas atividades, o processo econômico de conjunto do qual são parte etc.

Nossa ousadia deve apontar para projetos novos como a sua democratização com controle interno e externo da sociedade, sem uma dependência aos governos que eventualmente ocupem o Estado.

4. Temos companheiros que defendem seu financiamento através dos *fundos sociais*, gerando-se uma nova forma de propriedade. São idéias que devemos aprofundar, pois rompem com o dilema em que nos querem constranger entre estatal e privado.

Devemos ser radicais opositores do processo de privatização em curso. Reduzir o que é feito em nome do Estado de nada adianta, quando essas funções são assumidas por burocracias empresariais privadas de grande porte, organizações, às vezes, maiores que muitos Estados dos séculos XIX e XX.

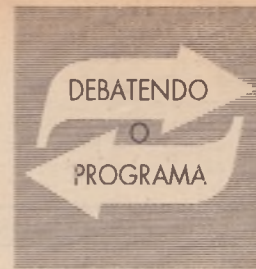
Nesses casos, estaremos substituindo a gestão estatal ou corporativa, como querem alguns, por uma gestão privada ainda menos passível de fiscalização, controle ou deliberação de objetivos.

A alternativa é tornar o estatal público e social, estabelecendo um outro estatuto para as empresas estatais de forma que elas sejam submetidas a um controle transparente e democrático da sociedade.

Nós, socialistas, mais que os liberais, queremos e lutamos pelo Estado mínimo, isto é, um Estado democrático, transparente, onde as pessoas sejam crescentemente gestonárias de seu cotidiano. Não são os explorados e oprimidos que geraram o Estado atual, burocrático, pesado, com privilégios corporativos inaceitáveis. Ao contrário, quem privatiza o Estado, através de isenções, incentivos, impostos e benefícios, têm sido as mesmas classes dominantes que agora querem continuar a pilhagem pela apropriação graciosa de ativos patrimoniais e rentáveis. □

Raul Pont é vice-prefeito de Porto Alegre.

O poder, cadê o poder?



EMIR SADER

A editora Relume Dumará lançou recentemente o livro **Idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira**, com artigos de César Benjamin, Luiz Pinguelli Rosa, Emir Sader, Chico Alencar, Leo Lince, José Márcio Camargo, Sérgio Goldenstein, Leandro Konder e José Ricardo Tauile. A seguir, publicamos um trecho do artigo *O poder, cadê o poder?*, de Emir Sader. Os intertítulos são de nossa responsabilidade.

De onde veio o sucesso da direita e o fracasso da esquerda? Da compreensão das relações de poder na sociedade. A esquerda subestimou fatores fundamentais de poder, como o capitalismo internacional, as Forças Armadas e os meios de comunicação, elementos que contaram decisivamente para o outro campo. E subestimou a força popular, sua capacidade organizativa, criativa, sua possibilidade de construir um novo poder na sociedade, articulado com o poder do governo popular.

Ao pensar as relações de poder centradas exclusivamente nas relações econômicas internas e nas relações políticas institucionais, a esquerda operou um reducionismo que lhe terminou sendo fatal. Se em parte essa concepção foi influenciada teoricamente pelo auge do estruturalismo althusseriano, não foi apenas isso que respondeu pela concepção então predominante na esquerda chilena.

O caso chileno

A tradicional orientação dos partidos comunistas estabeleceu o marco geral em que foram definidos a estratégia e o programa da esquerda chilena. O Partido Comunista do Chile era caudatário da visão que o VII Congresso da Internacional Comunista havia desenhado para os PCs, na sua versão para a periferia do capitalismo.

Duas referências articulavam essa visão: uma, a da tomada do poder, exemplificada de forma restritiva na invasão do Palácio do Inverno, fazendo abstração de todo o processo de crise do poder czarista e da construção de uma alternativa de poder revolucionário; a outra, a estratégia de alianças subordinadas com frações burguesas para, mediante a ocupação gradual de espaços, reverter a natureza mesma da relação de forças e da estrutura do aparelho estatal. Nas duas permanece a mesma concepção do poder como *uma coisa a ser conquistada*. Mediante um golpe, um assalto - a guerra de movimentos -, ou mediante a ocupação gradual - a guerra de posições. Se essa concepção coisificada do poder ficava mais patente nos movimentos insurrecionais, pela própria forma de enunciar sua estratégia de tomada do poder, ela também presidia, embora em código diferente, a concepção institucional de luta pelo poder.

No caso chileno, a expropriação dos grandes meios de produção e a ocupação gradual do aparelho estatal revelavam essa concepção coisificada do poder. No plano econômico, mais do que a propriedade, o fundamental era a apropriação, o controle sobre os movimentos do capital, o desenho de uma nova estratégia de acumulação. Se a nacionalização das minas de cobre era indispensável para esse objetivo, ela poderia assumir a forma de uma propriedade social, compartilhada entre trabalhadores, técnicos, Estado, cooperativas e proprietários privados. A confiança no aparelho de Estado chileno, como espaço privilegiado de construção do novo poder, levava à estatização e às batalhas pela propriedade estatal das empresas, e não pelo controle dos trabalhadores, por outras formas de controle ou ainda pelo redirecionamento da circulação do capital.

No plano político, a apropriação do aparelho estatal era confundida com a resolução da questão do poder. A defesa física e simbólica do Palácio da Moneda por parte de Salvador Allende - que heroicamente resistia com um fuzil na mão e um capacete de mineiro na cabeça ao bombardeio levado a cabo por aviões e canhões - foi a cena final da concepção que levou o governo popular a ficar cercado dentro do aparelho de Estado, transformado em armadilha: a concepção de que sua tomada seria o objetivo estratégico central do novo poder. Foi subestimada a construção de um novo poder apoiado em novas bases sociais, na articulação dos elos do aparelho estatal - recuperá-

veis para a estratégia popular - com os novos embriões de poder que surgiam nos bairros, nas fábricas, nas empresas, nos campos, nas escolas, nos meios de comunicação.

O poder é uma relação social, da mesma forma que o capital. A alteração de sua natureza, a construção das bases de um novo poder é, portanto, um processo político, entendido este como síntese das relações econômicas, sociais, institucionais, ideológicas e militares.

A construção de uma estratégia de poder para as classes subalternas depende, antes de tudo, da análise do poder das classes dominantes. Porque se trata de um processo simultâneo de desarticulação desse poder e de construção de um novo. A melhor estratégia não é a que "resolve de uma vez por todas a questão do poder", porque o poder, sendo uma relação social, estará sempre posto na sociedade. A correlação de forças se altera, nem tudo é possível a todo momento, mas a questão do poder nunca é resolvida definitivamente.

A melhor estratégia tampouco é aquela que finge que a questão do poder não existe. Isso só é possível para quem não aceita que o capitalismo se articula em torno de antagonismos fundamentais em todos os seus planos de existência - econômico, social, político, ideológico. São os adeptos da chamada "engenharia política", aqueles que consideram que as soluções dos problemas viriam de boas e engenhosas disposições das coisas, das pessoas e de seus interesses, de forma a atender, dentro do sistema atual, a todos, sem prejudicar ninguém. Tudo seria uma questão de artimanha, de habilidade, de malabarismos técnicos.

A melhor forma de ser vítima inerte das contradições sociais é fingir que não existem. Allende, de alguma forma, tentou desesperadamente introduzir transformações radicais no capitalismo chileno, sem preparar as forças populares para os duros efeitos que os interesses afetados desatariam contra seu governo.

Riscos no Brasil

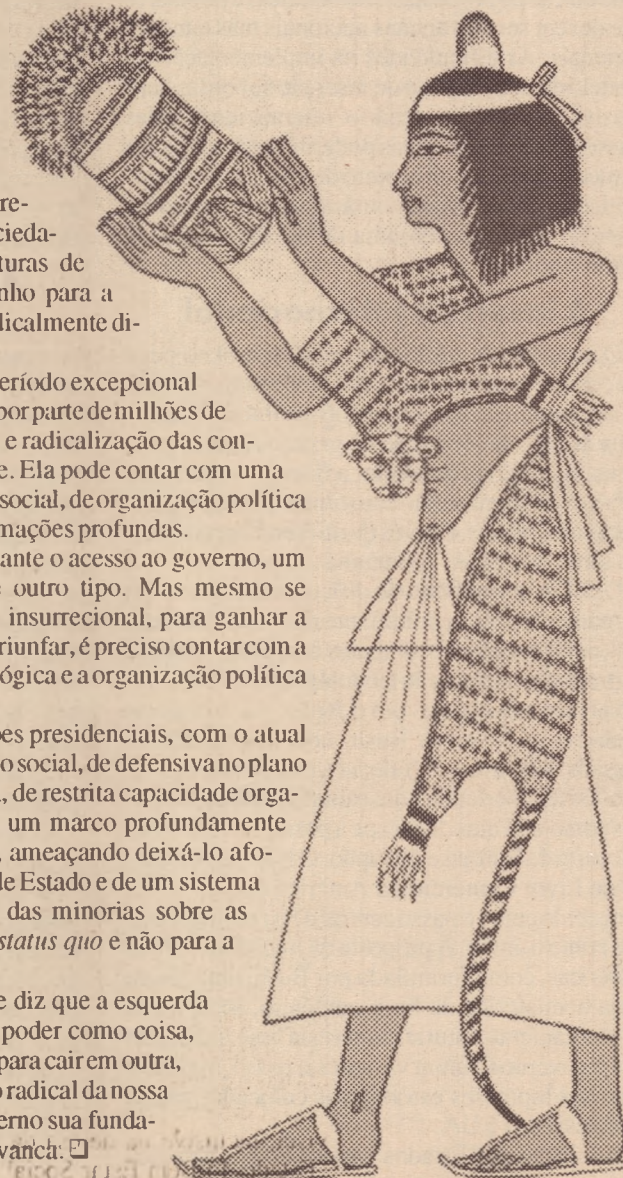
Para as classes subalternas, o objetivo é mudar radicalmente as bases do poder - substituir o poder das elites dominantes pelo poder dos trabalhadores e do povo em geral. Esse processo, por sua radicalidade, exige uma revolução democrática na nossa sociedade, uma ruptura com as estruturas de poder vigentes, que abra caminho para a construção de uma sociedade radicalmente diferente.

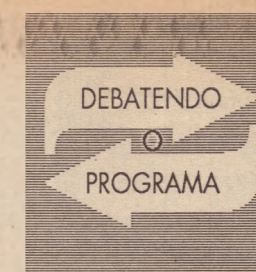
A via insurrecional gera um período excepcional de tomada rápida de consciência por parte de milhões de pessoas, diante da simplificação e radicalização das contradições essenciais da sociedade. Ela pode contar com uma força ideológica, de mobilização social, de organização política para colocar em prática transformações profundas.

A via institucional abre, mediante o acesso ao governo, um processo de transformações de outro tipo. Mas mesmo se diferenciando na forma da vida insurrecional, para ganhar a radicalidade necessária e poder triunfar, é preciso contar com a mobilização social, a força ideológica e a organização política das grandes maiorias populares.

Uma vitória do PT nas eleições presidenciais, com o atual quadro de relativa desmobilização social, de defensiva no plano ideológico por parte da esquerda, de restrita capacidade organizativa no plano político, será um marco profundamente desfavorável para esse governo, ameaçando deixá-lo afoagar-se nas teias de um aparelho de Estado e de um sistema político feitos para o governo das minorias sobre as maiorias, para a reprodução do *status quo* e não para a sua transformação pela raiz.

É disso que se trata quando se diz que a esquerda pode deixar uma concepção do poder como coisa, assaltando o aparelho de Estado, para cair em outra, que considera que a modificação radical da nossa sociedade tem no acesso ao governo sua fundamental e praticamente única alavanca:





MIGUEL ROSSETTO

As dificuldades que o processo de implantação do Mercosul vem conhecendo ao longo deste ano, claras nos atritos comerciais entre o Brasil e a Argentina, estão demonstrando uma falta de empenho das burguesias e seus governos em superar problemas como a compatibilização das políticas macroeconômicas em ação, a definição de uma política tarifária em comum para os produtos de fora da região, a estruturação de mecanismos de financiamento de gestão conjunta etc. Os "ajustes" econômicos vem sendo implementados de forma independente, sem nenhum esforço de articulação entre os países e agora o governo argentino estuda um brutal pacote de "flexibilização" das relações entre capital e trabalho e de privatização da previdência. A manutenção deste quadro distancia-se de qualquer processo de integração com base num projeto regional soberano e com complementariedade entre os parceiros. Pode inviabilizar o processo de integração econômica do Mercosul naqueles aspectos que ele pode ter de positivo nos marcos neoliberais em que vem sendo implementado.

Mas a experiência já acumulada no Mercosul coloca para a esquerda um desafio incontornável de formular uma outra proposta de integração regional e continental com base no desenvolvimento dos povos e na soberania das nações que dele participam. Quando a esquerda prepara-se, no Brasil e no Uruguai, para travar grandes debates nacionais que pode conduzi-la à conquista dos governos centrais, o tema da inserção internacional de nossos países coloca-se no centro dos processos de disputa de hegemonia, no coração da formulação de propostas democráticas e populares que devem ser não apenas nacionais mas também regionais. As dificuldades na implementação do modelo de integração e de inserção subordinada e passiva do país no cenário internacional pelas classes dominantes locais pode abrir espaço para a esquerda disputar um projeto de integração democrático e com complementariedade, baseado na inserção soberana conjunta de nossas nações na esfera mundial.

A inserção internacional

O processo de formação do Mercosul só pode ser compreendido a partir dos marcos mais gerais da reestruturação neoliberal do capitalismo na década de 80 e da formação de grandes blocos regionais. A América do Norte, a Europa Ocidental e o Extremo Oriente estão constituindo zonas econômicas articuladas, através de diferentes processos, em torno dos EUA, Alemanha e Japão.

Os EUA tem enfrentado dificuldades crescentes de manter seu papel dominante na economia mundial, confrontado com disputas de mercados, áreas de produção, renovação tecnológica etc, não resolvidas com a Europa e com o Japão. As iniciativas adotadas no governo Bush, no final da década passada, buscavam fortalecer a posição da economia norte-americana construindo mercados cativos como válvulas de escape à possíveis restrições por parte da Europa e do Japão. O NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) foi concebido como o passo central desta política, mas não como o único. A proposta da Iniciativa para as Américas, como formulada por Bush, uma futura zona hemisférica de livre comércio, seria o seu desdobramento natural. Nada está hoje indicando que o governo Clinton vá dar este passo, mas ele é uma das hipóteses estratégicas colocadas para a burguesia dos EUA.

A relação dos Estados Unidos com a América

Latina sempre foi uma relação de tratar o continente como o seu "quintal", através de acordos bilaterais com cada país do continente, numa correlação de forças completamente desigual.

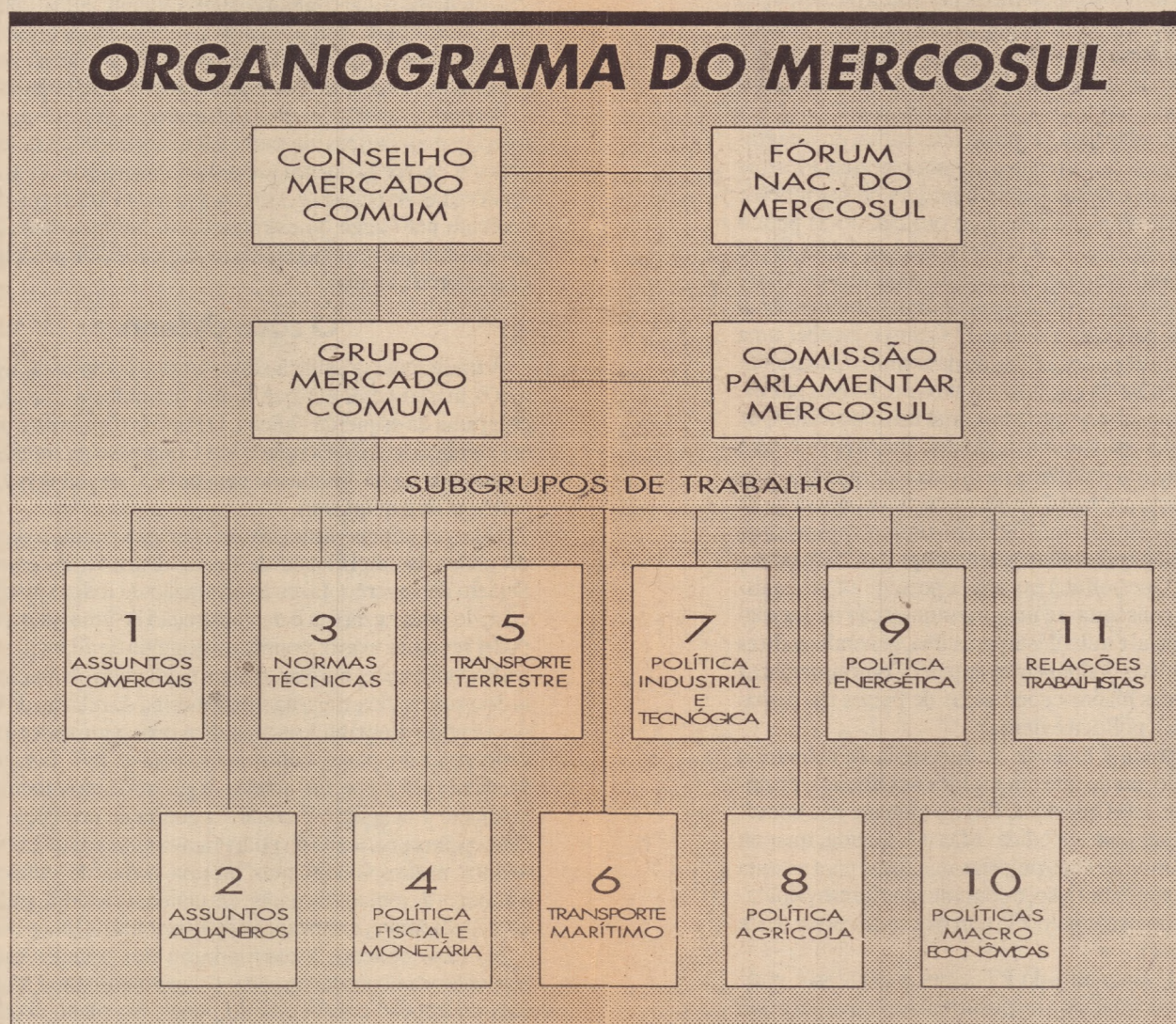
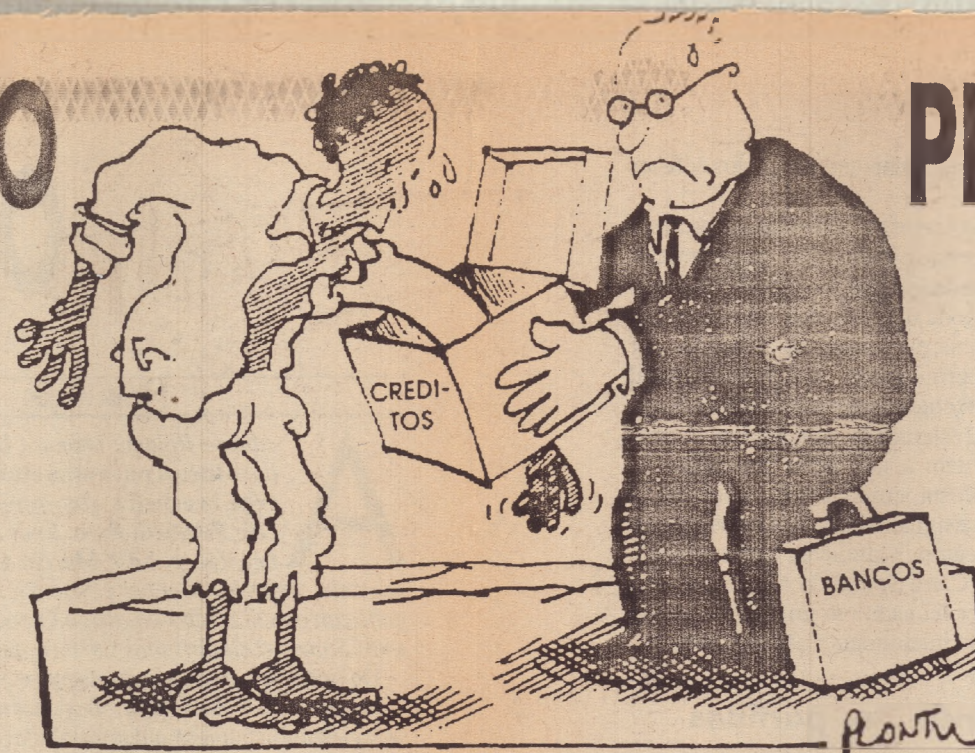
Ora, as economias do Brasil e da Argentina representam, juntas, 60% do PIB da América do Sul. O Brasil, em particular, já dispõe de um parque industrial relativamente integrado e de uma presença econômica relevante (é a 9ª economia do mundo). O somatório das exportações de soja de Brasil e Argentina, por exemplo, representa 26% das exportações no mercado internacional, o que não é pouco do ponto de vista de formação de preços. E o mesmo raciocínio pode ser aplicado para outros produtos.

A formação de um espaço político e econômico que pode apontar para uma relação autônoma, com maior soberania, independência e poder político é, neste jogo internacional, uma perspectiva evidentemente inaceitável para os EUA. O processo do Mercosul tem, assim, o mérito inegável de fornecer um marco institucional de formação de um espaço supranacional na região onde, eventualmente, pode-se expressar os interesses dos povos destes países. Tem, pois, um componente potencial extremamente importante de ruptura com a lógica de relações bilaterais de cada país da região com os EUA que deve ser valorizado. O Mercosul pode potencializar as condições de exercício de uma política soberana pelas nações que o integram em aspectos que vão da negociação da dívida externa à implementação de um projeto democrático de desenvolvimento.

Antecedentes e processo

O processo do Mercosul tem dois momentos bastante distintos. Um primeiro abarca a sua formação, a partir das relações bilaterais entre Brasil e Argentina, em 1985/6, durante os governos Sarney e Alfonsín. O Programa de Integração e Cooperação Econômica assinado em julho de 1986 previa o tratamento preferencial frente a terceiros mercados e o estabelecimento de mecanismos de proteção comercial e produtiva. Concebia um processo gradual e flexível onde estavam presentes uma série de elementos estratégicos (por exemplo, na área da indústria aeronáutica e de energia nuclear), com um grande potencial de articulação política. Devemos lembrar que este foi o momento mais dramático da crise da dívida externa brasileira e que os dois países estavam saindo de longos períodos de ditadura militar.

Com Collor e Menem o processo entra em um segundo momento, ganhando um caráter bastante diferente. Já existia então a proposta da Iniciativa para as Américas quando a Ata de Buenos Aires de julho de 1990 estabeleceu o objetivo de criação de um Mercado Comum bilateral entre Brasil e Argentina até 31/12/1994. Isso foi ampliado, no Tratado de Assunção, em março de 1991, para o Uruguai e o Paraguai. O Mercosul teria também uma tarifa externa comum, prevendo o desgravamento gradual das tarifas entre 1991 e 1994. Para gerir este processo foi constituída uma estrutura institucional.



INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS

	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI
POPULAÇÃO (EM MILHÕES)	32	146	4	3
ÁREA GEOGRÁFICA (MILHÕES/KM)	2.767	8.512	407	177
ANALFABETISMO	5%	22%	12%	5%
DESEMPREGO	8,6%	12%	7%	9,2%
INFLAÇÃO (MENSAL)	0,8%	21%	1,4%	2,6%
SALÁRIO-MÍNIMO US\$	200	56	182	86
PIB (US\$ BILHÕES)	68,78	375,15	5,39	6,97
RENDIA PER CAPITA (US\$)	2.160	2.540	1.030	2.620

Esse momento coincidiu com o auge dos governos Collor, Menem, Lacalle e Andrés Rodrigues e da hegemonia neoliberal na região, quanto todos estavam atuando a partir do chamado "consenso de Washington". Assim, especialmente para o Brasil e a Argentina, o projeto de integração econômica, como parte do processo de desenvolvimento nacional, foi transformado em um projeto de governo, com um prazo de quatro anos para "modernizar" os países. O Tratado de Assunção estabelece um ritmo e uma lógica de implementação do mercado comum que foi dado pela própria política que estes governos estavam implementando em seus países: abertura completa das economias para o mercado mundial, retirada do Estado das atividades produtivas, coordenação da economia pela lógica estrita do mercado etc. Os projetos de caráter mais estratégico assumidos no Programa de 1986 foram abandonados e a integração passou a estruturar-se em moldes estritamente neoliberais, com a redução das tarifas entre os países da região vistas como parte de um processo geral de redução das tarifas externas.

Contradições interburguesas

A lógica neoliberal que vem presidindo o Mercosul beneficia a Argentina, o Uruguai e o Paraguai com um acesso privilegiado ao mercado brasileiro que, para o peso desta economias, não é nada desprezível. O PIB do Uruguai é igual ao de Pernambuco e um terço do Rio Grande do Sul; o do Paraguai é igual ao do Mato Grosso do Sul. A opção do governo brasileiro de abrir-se para a concorrência com a economia argentina, por outro lado, é a de um ajuste ao menor custo, um teste preliminar para uma imersão sem barreiras elevadas da economia nacional no mercado mundial. Há também um elemento favorável que é a complementariedade entre as economias do Brasil e da Argentina, esta basicamente agrícola depois da forte desindustrialização daquele país.

Mas as contradições do processo são evidentes e já se manifestam no lado mais fraco, entre os industriais argentinos. Além disso, o Brasil não empreendeu o ajuste macroeconômico neoliberal feito nos outros países. Com uma alta taxa de inflação, trabalha com taxas de câmbio flexíveis, o que torna seus produtos relativamente mais baratos do que dos outros países. O resultado foi, em 1992, um déficit na balança comercial da Argentina com o Brasil de US\$ 1,4 bilhões.

As contradições vão se acirrar muito quando tiver que ser estabelecida a tarifa externa comum e equacionado o problema do certificado de origem. O certificado de origem é um documento que atesta que determinado produto é, de fato, fabricado no país e não importado. Isso é decisivo para o Paraguai: como é que eles vão aceitar um controle sobre a importação de carros usados, por exemplo? Mas a tarifa comum afeta os ramos industriais de ponta, como a informática brasileira. Temos uma indústria relativamente desenvolvida, montada ao longo do período de reserva de mercado que fatura hoje cerca de vinte bilhões de dólares. Ela tem, graças a

uma alíquota de importação hoje de 35%, inclusive resistido ao fim da reserva e a uma certa abertura para a concorrência. Ora, na Argentina, Paraguai e Uruguai não existe nenhuma indústria de informática e a alíquota é zero. As opções postas são o Brasil aceitar desmontar sua indústria de informática, o que parece muito difícil, ou enormes disputas entre as várias burguesias. Uma solução definitiva só pode ser encontrada dentro de uma política montada a partir de um projeto regional de desenvolvimento autônomo e soberano, que potencialize a expansão nestes países de uma indústria tão estratégica como a informática.

Riscos à democracia

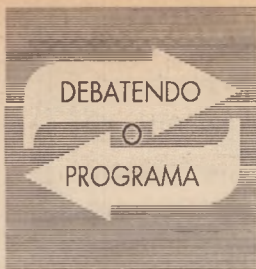
A integração econômica provoca uma diminuição do poder político dos Estados nacionais. As burguesias da região, que construíram estes Estados a partir das necessidades colocadas por um determinado estágio de desenvolvimento da acumulação, agora destroem estes Estados. Quem assume o poder que é retirado dos Estados nacionais? Ele passa a ser exercido, na lógica de ampliação da livre circulação de mercadorias, diretamente pelo grande capital, pelas grandes corporações, que se articulam por cima das fronteiras nacionais. Na Europa, onde este processo já é vivido há mais tempo, explicitou-se outra dimensão muito danosa, que pode estar colocada amanhã para um Mercosul neoliberal: os Estados desresponsabilizaram-se de suas tarefas sociais e culpam as decisões tomadas no plano regional por isso.

Qualquer processo de integração tem assim, do ponto de vista democrático e popular, que pensar a constituição de mecanismos institucionais de controle deste processo pela sociedade, de modo que ele não seja apenas um elemento de desmontagem do Estado nacional em benefício de um capital "sem pátria". As discussões e experiências vividas pela Europa são, neste sentido, importantes para pensarmos nosso processo de integração regional. A esquerda ainda tem dificuldades de enfrentar esta situação e pensar uma lógica de disputa de poder que ultrapasse os marcos nacionais, mas tem que superá-las se quiser conquistar a hegemonia em nossos países.

Estrutura institucional

Foi montada uma estrutura de condução e gestão cotidiana do processo do Mercosul que vem propiciando uma enorme série de reuniões de representantes destes países em todos os níveis. Ela é encabeçada por um Conselho Mercado Comum, composto pelos presidentes dos países, dos seus bancos centrais, dos ministros da fazenda e das relações exteriores. Abaixo dele há um Grupo Mercado Comum, como órgão executivo, e depois onze subgrupos temáticos (ver organograma).

O objetivo dos grupos temáticos é "homogeneizar o mercado comum", eliminando aquilo que argentinos e uruguaios chamam de "assimetrias de mercado". Praticamente todos os assuntos são discutidos com o objetivo de harmonizar legislação, custos etc. Para o movimento sindical é particularmente importante o trabalho do subgrupo 11, que discute relações de trabalho, seguridade e emprego - o mundo do trabalho da ótica dos "custos de produção". Há aí uma lógica de adequar a legislação dos vários países que é muito perigosa, porque pode conduzir ao nivelamento por baixo das conquistas dos trabalhadores. As centrais sindicais dos vários países estão participando deste subgrupo (ver quadro).



A participação da CUT

A CUT desde o início valorizou o processo do Mercosul. Ele obrigou-nos a pensar o espaço nacional desde uma ótica mais ampla, contribuindo para politizar a forma como abordamos muitas questões do mundo globalizado de hoje. Assim, o Mercosul trouxe-nos uma série de coisas novas para pensarmos, desde a dinâmica mais geral da reestruturação capitalista e os problemas de inserção da economia brasileira no mercado mundial até velhos temas caros à esquerda mas esquecidos como o da unidade latino-americana.

Começamos a travar a discussão delicada da relação com o processo de internacionalização do capital, onde só temos duas opções, ou ficamos prisioneiros a uma lógica nacional, o que nos obrigaria a nos aliarmos com "nossa" burguesia concorrente que ela estabelece no mercado com as demais, sob o pretexto de defendermos nossos empregos ou orientamo-nos pela lógica correta, que é a dos interesses de classe dos trabalhadores dos diferentes países da região.

A CUT começou a participar dessa discussão e pode formular uma avaliação crítica dele, combinando a resistência ao processo em curso com a constituição de uma alternativa de integração, que parta da construção de um espaço regional comum a partir dos interesses das grandes maiorias nacionais. Já estamos utilizando a idéia de classe trabalhadora regional. Na medida em que o processo se desenvolvia, pudemos inclusive acelerar a integração dos organismos sindicais da região, num processo que não ficava restritos as cúpulas mas que está envolvendo um número cada vez maior de sindicalistas dos vários países, em reuniões de bancários, metalúrgicos, trabalhadores rurais etc.

Já temos inclusive algumas experiências de luta internacionais muito interessantes. O salário mínimo no Brasil varia na faixa de 60 dólares, enquanto é de cerca de 200 na Argentina. O Carrefour está construindo uma obra em Mar del Plata, na Argentina, para onde levou 300 trabalhadores brasileiros da construção civil, pagando 80 dólares. Houve uma greve, com uma morte, e a CUT denunciou a empresa, o que provocou inclusive a intervenção do Itamaraty. Essa é uma forma concreta de lutar contra a chantagem que o Mercosul pode provocar no sentido de rebaixar os salários em outros países. A intervenção do movimento sindical no processo de integração em curso só será eficaz se for feita "a quente", através de lutas concretas.

Limites e potencialidades

Hoje o Mercosul não pesa muito sobre a economia brasileira, que tem uma relação de forças

completamente desigual frente as demais: enquanto o PIB do Brasil está formalmente na faixa de 375 bilhões de dólares, o da Argentina é de 69, do Uruguai 7 e o do Paraguai 5,4 (ver box). É por isso que os efeitos do processo são muito mais sentidos nestes países, onde tem se desenvolvido movimentos de protesto contra as consequências do Mercosul.

A lógica do processo de integração representa para as elites brasileiras uma alternativa à mudança de padrão de consumo a nível nacional. A economia brasileira apropria-se da disputa de um mercado de mais de 25 milhões de pessoas com uma distribuição de renda menos desigual.

Mas podemos visualizarmos um processo diferente baseado, por exemplo, na distribuição de renda no Brasil, onde o Mercosul possa contribuir para a melhoria do nível de vida da nossa população; uma expansão do mercado interno brasileiro pode absorver toda a produção excedente dos países da região, a começar por alimentos.



A proposta da CUT, que é quem mais sistematizou esta discussão no movimento democrático e popular brasileiro, trabalha três dimensões. A nível econômico, destacamos a importância de um processo de modernização alternativo aquele apresentado pelo neoliberalismo, que parta dos interesses e da defesa da qualidade de vida das maiorias nacionais. Trata-se de romper a lógica dos preços de mercado e pensar um projeto capaz de gerar emprego, responder às demandas emergenciais da população, etc. Não existe, neste terreno, como

pensar os debates nacionais separados dos debates regionais.

A nível político, temos enfatizado a importância de constituir processos e instituições que permitam a democratização da integração. O poder retirado dos estados não pode ficar nas mãos das corporações multinacionais; ele tem que ser resgatado por instituições que permitam que esta esfera regional seja democraticamente controlada pela sociedade.

E a nível social estamos propondo e promovendo lutas que evitem a nivelção por baixo da legislação trabalhista, combatendo as injustiças decorrentes das desigualdades entre os países das regiões etc. As centrais sindicais estão também elaborando uma Carta Social do Mercosul, cuja proposta deve ser fechada em uma Conferência Sindical da região inicialmente pensada para novembro.

A ausência dos partidos

Até agora este processo esteve muito concentrado no movimento sindical, com uma participação mínima dos partidos políticos e de outros setores da sociedade civil. Mas a própria aproximação do debate de 1994 está alimentando, no Brasil e no Uruguai, um ampliação das discussões.

Formular uma proposta alternativa de integração significa enfrentar o conjunto de questões que integram o debate sobre o projeto democrático e popular no plano nacional, projetando-as para o plano regional e desenvolvendo-as. Uma breve listagem de problemas permite visualizarmos isso: Qual o espaço político e econômico internacional de um país como o Brasil? Como conceber uma política de potencialização da complementariedade econômica que hoje existe entre nossos países, tanto no terreno agrícola como no industrial? Que política em comum podemos desenvolver para enfrentar o problema da dívida externa? Quais as nossas propostas de modernização econômica e de tratamento de temas delicados como a pesquisa de tecnologia de ponta e patentes e propriedade industrial? Que política ecológica perseguimos? É possível conseguir-se uma harmonização da legislação social e trabalhista para cima, generalizando as conquistas obtidas em cada país? Como articular as políticas macro-econômicas de países tão disparres? E a política externa?

A pauta é extensa. A burguesia se colocou o desafio, ainda que em moldes neoliberais, de enfrentar estas questões. Provavelmente não conseguirá ser bem sucedida. Mas a esquerda, quer ou não formular suas próprias respostas para a pauta colocada? Para isso, o conjunto das forças populares, a começar pelo PT, tem que se envolver neste processo.

O 1º Encontro do PT sobre o Mercosul pode começar a dar uma resposta mais coletiva para esta pergunta. Mas certamente ela terá que ser desdobrada em reuniões dos partidos do cone sul que integram o Foro de São Paulo e principalmente nas propostas da campanha de Lula para presidente. □

Miguel Rosseto é secretário de política sindical da CUT e responsável da Central pelo Mercosul.

EM TEMPO:

ASSINATURA ANUAL (10 edições).....CR\$ 1.000,00
ASSINATURA ANUAL DE APOIO.....CR\$ 1.500,00

Nome:.....
Endereço:.....
Cidade:..... Telefone:..... Cep:.....

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Árabe.
Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel. 665550

O PT e o ecologismo popular

MAURICIO WALDMAN

O mundo avança rumo ao século XXI sob o signo de uma concepção de dimensões planetárias: a ecologia, das grandes manifestações antinucleares às lutas dos Povos da Floresta, da criação de leis de proteção ambiental à defesa dos ciclos naturais de rios, lagos e mananciais de água potável, a luta ecologista desponta como das mais ricas, promissoras e apaixonantes da história da humanidade.

Particularmente no Terceiro Mundo, a luta em defesa do meio-ambiente ganhou contornos de confronto com uma ordem que é socialmente injusta e ecologicamente irresponsável. Não por acaso, a galeria de mártires ambientalistas tem sido crescentemente atualizada com referências no campo popular. Na Nicarágua, 75 militantes ecologistas tomaram em defesa da Revolução Sandinista. No Brasil, lideranças camponesas e indígenas são assassinadas por sua resistência frente a mega-projetos hidroelétricos, madeireiros ou agropecuários, o mais conhecido dos quais é Chico Mendes.

A apropriação privada da natureza gerou contradições espaciais que expressam ecologicamente as contradições sociais. Na fuga do esgoto, do ar contaminado, do lixo e especialmente da massa de espoliados que cresce sem cessar, as elites enteram-se em "condomínios ecológicos", contraponto às favelas e ao concreto dos espigões residenciais. Verdadeiramente, o impacto ambiental tornou-se sinônimo de miséria social e vice-versa.

Por isso mesmo, a "ecologia" das elites apresenta uma versão "pasteurizada", restringindo-se ao urso panda ou à borboleta "morpho" da Guatemala. Quando ultrapassa estes estreitos limites, ela evoca uma defesa do meio ambiente na qual todos, expropriadores e expropriados, Primeiro e Terceiro Mundo, são destituídos de seus signos diferenciadores. Nesta perspectiva, todos são igualmente "homens", "responsáveis comuns" pelo desastre ambiental. Tal formulação, ambígua e contraditória, presta-se, no entanto, para em nome de um "Futuro Comum", perpetuar a injustiça e a desigualdade, mantendo as relações de dominação existentes entre classes, povos e nações.

No novo desenho do mundo pós-muro de Berlim, a reorganização geopolítica, a eclosão das novas tecnologias, a questão dos recursos naturais, dos modelos econômicos, da dívida externa e da engenharia genética, são itens de uma pauta na qual a questão ambiental não pode ser traduzida meramente do ponto de vista técnico, mas fundamentalmente político. A questão ambiental soma, obrigatoriamente, lutas sociais e um novo paradigma nas relações homem/natureza, importante aos setores progressistas dos "dois" hemisférios, de cujos esforços depende, de resto, o futuro do planeta.

A realidade do PT

O PT pouco tem se destacado na questão ambiental em seus programas, práticas partidárias ou quando governo nas administrações municipais. No geral, o debate quanto ao meio-ambiente tem se reduzido aos corriqueiros aspectos pontuais e via de regra, esquivando-se de seus aportes políticos.

Em segundo lugar, o fato de amplos segmentos do partido manifestarem resistência no trato da questão ambiental, reporta a dificuldades inerentes à compreensão de processos que não podem, como no caso da ecologia, serem reduzidos a variáveis economicistas, produtivistas e desenvolvimentistas.

Em terceiro lugar, este distanciamento do PT, enquanto partido, da questão ambiental, poderá constituir um reforço para as posturas conservadoras, que hoje atendem pela designação de "modernidade". Pior ainda, esta ausência concreta de definição quanto ao "tema", tende a prejudicar a interlocução do PT com os setores da sociedade civil que tem se destacado quanto ao arrojo de suas mobilizações. Movimentos como dos Povos da Floresta ou dos atingidos por barragens têm se confrontado diretamente com o modelo de desenvolvimento em vigor e, em razão disso, encontrado escassa audiência na direção do PT.

Neste sentido, a inquietação sentida pelos "ecologistas sociais" quanto a ausência de uma perspectiva ecológica (ou ecologizante) associada à matriz popular de base do partido é

absolutamente procedente. Ademais, ela também se justifica pelo fato de que, independentemente das querelas ideológicas internas por todos conhecidas, o PT constitui o que há de mais avançado no campo partidário do Brasil.

Por outro lado, vale lembrar que a questão ambiental não encontra resistências exclusivamente junto aos "setores modernos" do PT. Ela pode igualmente ser localizada nos chamados "setores ortodoxos". Estas dificuldades de compreensão não residem, como poderia sugerir à primeira vista, por conta de um "anti-marxismo" por parte dos ecologistas. Mais propriamente, elas encontram sua justificativa no *anti-dogmatismo* destes últimos. Com efeito, os ecologistas progressistas sempre galgaram os ombros de Marx na busca da compreensão das causas mais profundas da degradação ambiental e não, como é próprio da ortodoxia, esconderam-se nas suas costas.

Por esta razão, a produção política dos ecologistas sociais jamais deixou de insistir na responsabilidade da apropriação privada da natureza pela desordem ambiental que assola o planeta. Ao mesmo tempo, e nisso distanciam-se do chamado "marxismo clássico", denunciaram radicalmente o *padrão civilizatório em cujo interior o capitalismo foi gestado*.

"Socialismo" real

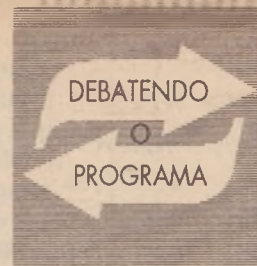
Neste sentido, o "socialismo" que surgiu no leste europeu não deve ser criticado apenas pela repressão indiscriminada, por sua burocracia, estereotipada cultural e incompetência, mas por ter reproduzido tanto em sua relação com o entorno natural, quanto dos humanos entre si, *um mesmo universo de valores, que é economicista, eurocêntrico e produtivista*.

A pretensão do leste europeu em competir num mesmo patamar que o ocidente, vale dizer, "desenvolver forças produtivas", terminou por corroer integralmente o ingrediente utópico da experiência soviética. Ela terminou por reproduzir, em nome do "novo", o que há de mais caracteristicamente perverso no padrão civilizatório ocidental, em particular, seu realçamento do "humano" como antagonico à esfera do "natural", que explicita-se tanto nas pulsões do tempo-espaco da natureza quanto aquele que se manifesta no corpo e no inconsciente dos humanos. Destes enunciados decorreram o estakanovismo, os planos quinquenais burocraticamente elaborados pelos estalinistas e as sequelas alienantes que com eles formam uma unidade indissolúvel.

Este socialismo, ambientalmente ainda mais devastador que o capitalismo, jamais recebeu o menor apoio entre os ambientalistas de esquerda. No leste europeu, a recusa em galgar os ombros de Marx para criar uma nova integração dos humanos com a história e a geografia foi a causa principal de sua ruína. Este "socialismo" morreu e já foi tarde. Neste sentido, os ambientalistas de esquerda saudaram a queda do muro de Berlim e como lembra Ignácio de Loyola Brandão, "o Verde violentou o Muro". Na ótica dos eco-socialistas, longe de significar o "fim da história", "o esgotamento da luta de classes" ou mesmo do "imperialismo", a queda do leste europeu marca o fim de uma "utopia" que para muitos confundia-se com uma dada geografia - o "Leste".

Velha ordem

Por sua vez, a burguesia mundial está implementando, com o auxílio de uma série de novas tecnologias que já fazem parte



Natucha Martinez

O "socialismo" real compartilhou com o capitalismo um mesmo universo de valores economicistas, eurocêntricos e produtivistas.

Falar em equilíbrio ecológico pressupõe derrubar o "Muro sem fim" que está sendo construído entre ricos e pobres.

do cenário "high tech" do cotidiano "moderno" - como as fibras óticas, a cibernética, a robótica, a informática, a engenharia genética, antenas parabólicas, novos materiais e novas fontes de energia - uma releitura da ordem social já existente, uma nova ordem internacional, que não passa de uma "reciclagem" dos velhos e funestos mecanismos de dominação que tem oprimido classes, povos e nações.

Mesmo a válvula de escape dos anestésicos programas de televisão serão insuficientes para impedir o ressurgimento do "fantasma do comunismo". A ópera continuará a ser assombrada e ameaçada pela incessante reposição da desigualdade e da injustiça, mecanismo indissociável da ordem capitalista.

Na realidade, os centros mundiais do poder não estão preocupados com a fragilidade de sua "proposta civilizatória". Não por outra razão, a cúpula do G-7 de Londres, em julho de 1991, propôs férreos controles e restrições à transferência de armas convencionais e a intensificação das pressões visando a não proliferação nuclear, química e bacteriológica. Seu objetivo é a contenção, em escala global, da vasta multidão de pobres que acodem na direção das "arenas de afluência" da modernidade. Estas medidas em termos de governos são secundadas por outras, de caráter "informal", materializadas nos ataques neofascistas contra trabalhadores imigrantes. Todos estes eventos são epifenômenos que empregam táticas diferentes, estão estrategicamente preocupados em deter um "arrastão planetário" formado por miseráveis oriundos de todos os pontos do sul.

A burguesia internacional está consolidando um vasto muro, dividindo bairros, regiões e países. Não é um muro de pedra, tijolos e arame farpado, uma construção primitiva que apenas uma decrépita burocracia ousaria definir como uma "muralha na defesa da felicidade". Para além dos raios infravermelhos que guardam a fronteira mexicana, dos satélites que monitoram da estratosfera as vagas do "boat people" ou dos navios de guerra que afugentam barcos apinhados de albaneses da costa italiana, foram erguidas "muralhas psicológicas" que transformam um operário americano, um escriturário alemão ou um agricultor japonês em cidadãos consorciados das "sociedades de afluência" de seus países, pela resignificação das características sociais, políticas, culturais e étnicas que os tornariam *absolutamente diferentes dos "outros"*, especialmente quando pobres, não-brancos ou não-ocidentais.

Este abismo entre o "norte" e o "sul" consolida-se com o concurso dos métodos clássicos de exploração econômica. Apenas em 1990, a América Latina "contribuiu" com 145 dólares per capita (para cada um dos seus 422 milhões de habitantes) para que o mundo rico se tornasse ainda mais rico. De 1960 a 1970, 13 países somando 60 milhões de habitantes sofreram uma queda no seu PIB per capita, contra 26 países com 188 habitantes em 1970/80 e 59 países com 774 milhões em 1980/90.

Falar em "equilíbrio ecológico" pressupõe a derrubada do "Muro sem fim" que está sendo construído inclusive com a complacência de setores tidos como "de esquerda". É neste sentido que a ecologia, expressando a radicalidade que somente atinge o verde após passas pelo vermelho, pode constituir-se no cerne de um novo projeto político, socialmente justo e ecologicamente responsável.

Problemas e perspectivas

Com base nisso é possível alinhar algumas conclusões que nem sempre são claras para os demais militantes.

1. Várias das dificuldades sentidas pelos "ecologistas sociais" no interior do partido reportam à opção de expressivo contingente petista pelo que se convencionou definir como "socialismo nominal". Colocações como "o PT jamais defendeu o leste europeu" constituem uma meia verdade (ou melhor, uma "meia mentira"). Na verdade, a crítica ao leste europeu nunca foi aprofundada em sua justa e exata medida, gerando conhecidas ambigüidades como, ao lado de apoiar o Solidariedade, enviar militantes para receberem cursos de formação na ex-Alemanha Oriental. Com a queda do muro de Berlim e "a perda de referência ideológica", parte significativa dos antigos "ortodoxos" passa a migrar na direção da social-democracia ou então mal conseguem erguer-se dos escombros do muro. Tanto no primeiro como no segundo caso, as referências filosóficas continuam absolutamente insatisfatórias do ponto de vista dos ecologistas socialistas.

2. Para os "setores modernos" do PT seria possível postular a economia de mercado como um passaporte rumo à "modernidade" e concluir, como na célebre locução do deputado Aloisio Mercadante, que aos capitalistas estaria "reservado o capital" e aos trabalhadores, "os benefícios da produtividade" - e isso sem o menor questionamento dos significados ambientalmente negativos do capital, da produtividade e da concepção tradicional de desenvolvimento - para os ecologistas sociais, tal colocação é simplesmente inaceitável. Enquanto manifestação "realmente existente" do padrão civilizatório ocidental, a economia de mercado é diretamente responsável pelo esgarçamento dos ciclos dinâmicos da biosfera. Nada, nem mesmo adereçar como "auto-sustentável" a relação mantida pelo capital com o meio-ambiente, irá alterar a essência de um sistema que precisa destruir a natureza para então transformá-la em mercadoria.

3. O partido passou a dedicar, ao longo dos últimos anos, um pouco mais de atenção para a questão ambiental. Mas o fez numa direção incorreta. Neste particular, é exemplar que no horário político da televisão reservado ao PT em 1991, o deputado Fábio Feldmann - máximo representante da social-democracia ecologista - tenha subitamente aparecido no vídeo para convidar os militantes do PT a investirem na questão ambiental durante o 1º Congresso do partido. É possível também assinalar outros fatos não menos preocupantes, como o trânsito do conceito de "desenvolvimento sustentado" (internacionalmente denunciado pela esquerda ecologista) em documentos do Governo Paralelo e nas administrações petistas. Precisamente por estas razões, os ecologistas sociais são atualmente contemplados com o rótulo de radicais, imputados, aliás, pelos mesmos setores que dantes reclamavam de uma "falta de sensibilidade social" de parte dos ecologistas do partido. Antes, defender uma releitura ecológica da questão social era "pouco social". Passou a ser demais. Antes, os ecologistas "defendiam passarinhos" em demasia. Agora, defenderiam pouco...

4. As dificuldades apontadas não constituem motivo para qualquer pessimismo. Pode ser que exista eventual hegemonia de setores inclinados na direção da social-democracia e por consequência, predispostos a pregar uma "sustentabilidade" para um sistema que é ecologicamente insustentável. Mas isso, acima de tudo, terá de ser provado pela história, que continuará regida por conteúdos sociais, ou melhor ainda, sócio-ambientais. Cabe a todos os petistas - e não só aos ecologistas - lutar por esta verdade. □

Mauricio Waldman é escritor e militante ambientalista, membro da coordenação nacional dos ecologistas do PT e ex-secretário de meio ambiente de S. Bernardo do Campo.



The Fate of Forest

Espelho, espelho meu... esse preconceito é meu?

WILLIAM AGUIAR

No início do mês de junho, deste ano, o movimento gay e lésbico brasileiro se viu diante de uma questão, no mínimo, delicada. As militantes lésbicas só participariam do próximo encontro nacional dos grupos se o mesmo passasse a se chamar Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais. A reivindicação se deve ao fato de que, por muito tempo, elas foram excluídas do movimento, a começar na sua denominação - Movimento Homossexual Brasileiro. A condição colocada gerou polêmica e as manifestações vieram assim que os grupos receberam o primeiro comunicado da comissão organizadora do encontro, propondo a mudança do nome.

A principal argumentação dos que se posicionam contrários à mudança passa por uma "profunda" análise gramatical a respeito do prefixo grego homo - que significa igual. Segundo eles, é redundante falar de lésbicas e homossexuais, pois a palavra homossexual é comum de dois gêneros. Sem contar as acusações, de que isso significa apostar em um racha no movimento, numa época em que ele precisa estar unido para enfrentar uma possível revisão constitucional em outubro. Ou seja, é o mesmo que dizer que essa questão é irrelevante em relação a outras. As lésbicas e alguns grupos gays nacionais não pensam da mesma maneira. Sem desprezar a dica dos professores de gramática, o que importa é não continuar cometendo um erro primário e vital, isto é, discriminando as mulheres dentro do movimento.

Dois gêneros

As lésbicas há muito vêm reivindicando visibilidade no movimento. Chegaram a propor, várias vezes, a mudança do nome em encontros passados e esbarraram nas antigas argumentações: "homossexual é comum de dois gêneros"; "a palavra lésbica é agressiva"; "a gente vai confundir a mídia"; "essa é uma questão menos importante". Mesmo com os protestos das lésbicas, a situação não se modificou.

Politicamente falando, afirmar que a palavra *homossexual* contempla tanto homens como mulheres é o mesmo que assinar um atestado de participação explícita e ativa em questões discriminatórias. Dizer que a palavra lésbica é agressiva só mostra a falta de conhecimento do significado em termos de afirmação e conscientização que ela tem para o movimento lésbico mundial. Se alguém está interessado em confundir a mídia, este alguém não são as lésbicas.

O que é *menos* ou *mais* importante num processo de mudança? Parece que os grupos lésbicos e gays enfrentaram uma situação parecida no início da década de 80, quando foi colocada a questão da discriminação por orientação sexual para alguns partidos de "esquerda". Uns diziam que essa questão era de *menor importância* no processo revolucionário, enquanto outros afirmavam que a homossexualidade era doença e que precisava de tratamento médico. A realidade é que não existem causas *mais* importantes, ou que devem ser priorizadas em detrimento de outras. Fazer revolução sem discutir sexualidade é jogar um problema para frente e nunca resolvê-lo.

Qualquer argumentação contrária à reivindicação dos grupos lésbicos parece querer camuflar a realidade de um fato: a discriminação de gênero. Enfrentar uma sociedade patriarcal e machista já é um problema. Agora, dar de cara com atitudes discriminatórias dentro do movimento gay e lésbico é seme-

lhante a uma tijolada no dedão.

Como caminhar com essa pedra no sapato? Há quem diga que a pedra é o sapato. Não é uma "simples mudança de nome", nem uma reivindicação inútil como falam alguns militantes que insistem em reduzir a discussão numa mera questão gramatical. Esqueceram de dizer para alguns gays que a omissão é também um fator discriminatório e, nesse caso, ela esconde outras questões nas entrelinhas. Parece que o movimento gay e lésbico brasileiro não escapou da misoginia e do personalismo, velados pelo discurso pseudo-esclarecedor dos "papas" da homossexualidade da América portuguesa.

Contradições

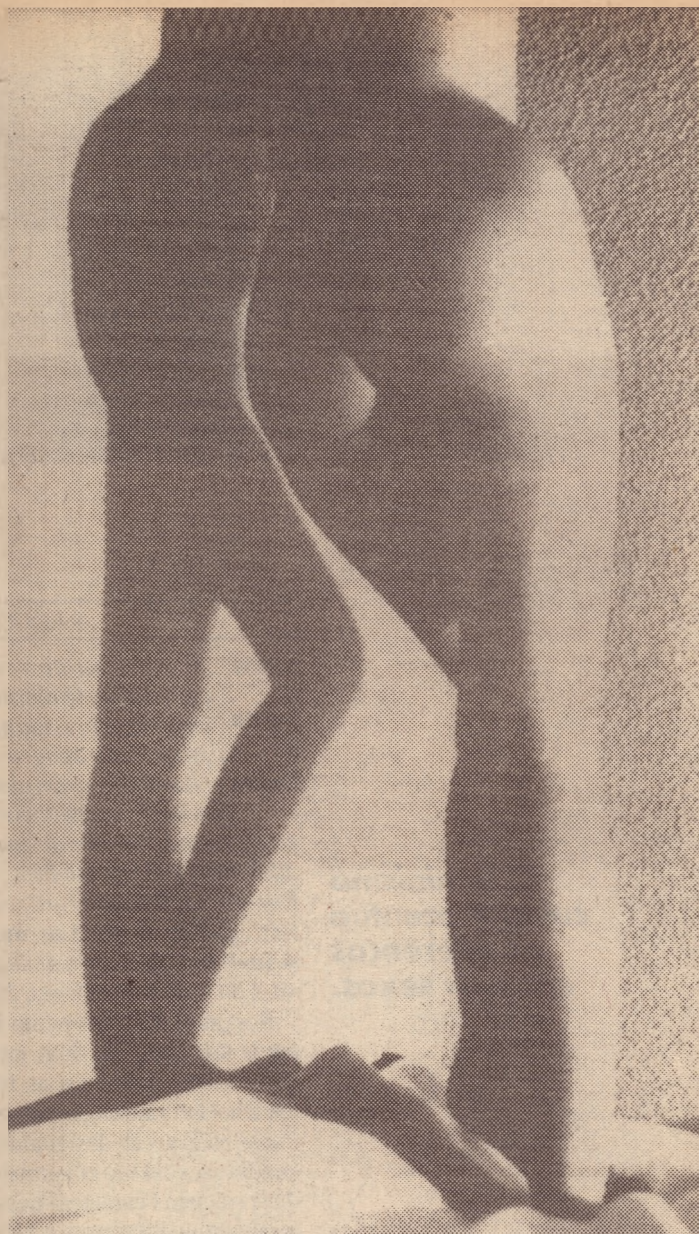
A contradição é algo que pode servir para o crescimento de qualquer discussão. Porém, ao deparar com o comportamento de algumas "estrelas" do movimento diante da problemática, verifica-se falha grave e primária. Qualquer trabalho de luta por direitos humanos tem muito claro que não se deve caminhar no sentido contrário àquilo que se propõe denunciar. A proposta inicial seria descaracterizada e o grupo se desmoralizaria. Esse tipo de ação contraditória, portanto, não é bem-vinda.

Por não ser a primeira vez que os grupos gays e lésbicos tratam essa questão em seus encontros, corre-se o risco de continuar andando com a pedra no sapato e com a atadura no dedão. O próximo encontro vai se realizar no Instituto Cajamar, no início do mês de setembro, com a presença de militantes de grupos gays e lésbicos nacionais e internacionais.

O fato lembra um pouco o clima do 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores, quando as mulheres reivindicaram 30% na direção do partido. Não foram poucos os que se levantaram para fazer discursos sobre competência. Houve até quem falasse em 50%, argumentando que a porcentagem requerida era discriminatória. O que mais parece com a questão vivida hoje no movimento gay e lésbico é a afirmação de que "não se muda por decreto". É verdade. Mas o decreto, sem dúvida, serve para exacerbar a contradição.

No PT, a questão das cotas ainda está dando pano para a manga. Quem era contra antes do Congresso não mudou muito de posição e continua esquecendo que a proposta das petistas não se resumia somente em porcentagens. No caso dos gays e lésbicos engajados em grupos, a solução para o problema não passa pelas cotas de participação, mas pelo reconhecimento do que é discriminação de gênero por parte dos homossexuais masculinos. □

William Aguiar é membro do Grupo de Homossexuais do Partido dos Trabalhadores



Natasha Martinez

Para o movimento homossexual, a relação entre gays e lésbicas passa pelo reconhecimento da discriminação de gênero.



SEXUALIDADE E DISCURSO DO ESSENCIALISMO

RAQUELOSBORNE

O feminismo cultural acentua as diferenças entre os sexos.

Este artigo localiza as posições e contradições de uma corrente do feminismo norte-americano que teve sua máxima expressão nos anos 80, quando a era Reagan atingiu seu apogeu. O feminismo cultural, como foi chamado, porém ainda marca muito os debates teóricos do movimento de mulheres, com suas posições encontrando eco em alguns setores do que hoje é chamado o feminismo da diferença (que tem também outras raízes, particularmente na Europa e no Brasil). O artigo abaixo é uma condensação de um texto publicado em *Las mujeres en la encrucijada de la sexualidad: una aproximación desde el feminismo*. Barcelona, Edicions de les Dones, 1989.

Surgiram no movimento feminista dos Estados Unidos, a partir dos anos 70, duas importantes correntes, o chamado lesbianismo político e as feministas antipornografia. Estas tendências foram englobadas sob o nome de feminismo cultural e suas análises da desigualdade entre os sexos e a conduta e a conduta sexual são em grande medida coincidentes. Algumas das principais características desta orientação consistem em acentuar as diferenças e não as semelhanças entre os sexos, assim como a passagem de uma atitude negativa frente a mulher para uma atitude superpositiva.

Tais tendências do feminismo não são exclusivas dos EUA, mas tem reflexos em outros países ocidentais, em geral sob o nome de "feminismo da diferença". Vamos aqui examinar algumas idéias-chave do feminismo cultura em sua versão norte-americana.

Entre as idéias centrais do discurso da diferença destacam-se:

- a sexualidade masculina é agressiva, irresponsável, orientada genitalmente e potencialmente letal. A sexualidade feminina é discreta, difusa e orientada para as relações interpessoais. Os homens são identificados por sua orientação sexual agressiva; as mulheres, ao contrário, não se definem como seres sexuais.

- os homens representam a cultura, as mulheres a natureza.

- a instituição da heterossexualidade foi imposta às mulheres, mas na realidade nós possuímos uma afinidade natural que se traduz em uma solidariedade automática entre pessoas de nosso sexo. Quando as coisas não parecem ocorrer desta maneira, a explicação é que nos encontramos prisioneiras de uma falsa consciência.

Algumas das conseqüências destes pressupostos são o estabelecimento de um novo tipo de moralidade e a proposta de um novo modelo de segregação sexual que pode correr o risco de se converter em uma nova fonte de opressão.

Agressividade

Um dos supostos básicos da teoria da estratificação sexual de Randall Collins é que os seres humanos possuem fortes impulsos agressivos e sexuais. Estes supostos psicológicos procedem da teoria

freudiana da natureza da sexualidade humana. Como sabemos, as afirmações sobre a natureza básica dos seres humanos revelaram-se extremamente difíceis de provar, mas ao menos Collins, diferentemente de Freud, não estabelece distinção entre a natureza psicológico-sexual de cada sexo. As diferenças entre eles repousam na desigualdade de seus respectivos recursos de poder.

Todavia, tem-se a impressão que algumas feministas, em seu afã de acentuar as diferenças entre os sexos voltaram às teorias originais de Freud. Sobre este tema, elas parecem ter-se sustentado sobre um modelo vitoriano de distribuição da libido em termos masculinos e femininos: por um lado, encontramos com a mulher decente que não é sexual; por outro, temos o homem no pólo oposto, o que implicaria para as feministas de hoje que, quando existe contato sexual entre uma mulher decente e um homem, está se produzindo uma espécie de violação.

O livro de Susan Brownmiller, *Contra nossa vontade*, encontra-se impregnado destas idéias, que nos apresenta as mulheres como presas indefesas da luxúria masculina e cujas páginas resumem imagens de desejos masculinos agressivos, contrapostas a descrições de ternura e sensualidade femininas. Assim, lemos afirmações de Andrea Dworkin tais como "os homens amam a morte... Os homens especialmente amam o assassinato". As mulheres, neste quadro, não são mais do que vítimas passivas das agressões masculinas. Elas tem em comum a idéia de que a "suave e amorosa" sexualidade feminina é o modelo a seguir.

Na realidade, os ataques do feminismo à exploração sexual, à violência e irresponsabilidade masculinas, à pornografia etc, servirão frequentemente para reforçar a propaganda da direita, dando a impressão de que as feministas consideram a libertação dos controles como algo pior do que a repressão. De fato, um exame mais detalhado de ambas as posições mostra semelhanças embaraçosas.

Contradição

O artigo de Sherry Ortner, *O feminismo está para o masculino como a natureza está para a cultura?* Depois de fazer uma distinção entre natureza e cultura, sustenta que as mulheres encontram-se mais estreitamente ligadas ao natural enquanto os homens estão ao cultural. Além disso, afirma que o cultural tem sido geralmente mais apreciado que o natural e que as mulheres estão mais ligadas a este último devido a fatores biológicos tais como a gravidez e a menstruação.

Uma crítica óbvia consistiria em perguntar porque cozinhar deve ser considerado mais natural do que caçar, ou porque a menstruação seria mais natural do que a ereção pênis. No que sim essa posição parece ter razão é em sua observação de que na maioria das sociedades - não em todas, ela mesmo assinala - avaliam-se como culturais (e superiores) as



Tâmara de Lempika

atividades masculinas, e como naturais (e inferiores) as atividades femininas, o que poderia contribuir para explicar o baixo status tradicionalmente atribuído às mulheres.

O mesmo tipo de análise é realizado por Susan Griffin em seu livro **Mulher e natureza**. Ainda que ela parta de que a idéia das mulheres como natureza tenha sido criada pelos homens, que se autoqualificam como cultura, termina por expressar sua firme crença de que existe tal identificação entre mulher e natureza, por um lado, e entre homem e cultura, por outro. Mas Griffin altera o argumento ao assinalar que a cultura científica criada pelos homens é o produto da alienação da natureza feminina que faz parte deles (segundo o argumento psicanalítico da bissexualidade) e de seu entorno. Assim, pois, se historicamente o eixo central foi constituído pelo binômio homem-cultura, na nova versão a primazia repousa em seu oposto mulher-natureza, e a produção científico-masculina não seria mais que o resultado do afã do homem por negar sua própria natureza.

Já em 1975 Juliet Mitchell criticou as fundadoras do feminismo radical, Kate Millet e Shulamith Firestone pela leitura incorreta que em sua opinião faziam de Freud: segundo estas feministas, Freud era um reducionista biológico, que atribuía à biologia a origem da dominação masculina e portanto não distinguia entre natureza e cultura. Pessoalmente, inclino-me pela interpretação de Stephen Jay Gould, segundo a qual, biologia e cultura estão indissolúvelmente ligadas e codeterminadas. Quero aqui apenas destacar o fato de que a crítica destas feministas recaia, entre outras coisas, sobre a ausência da mencionada distinção entre natureza e cultura em Freud.

É notável que tal dicotomia, que constitui uma das bases mais firmes para o estabelecimento das modernas teorias do patriarcado desde Rousseau até Hegel, tenha sido considerada pelo feminismo radical como uma descoberta original, e além disso, favorável ao feminismo. Como também o é que tenha sido ignorada a dedicação exaustiva ao estudo das diferenças entre os sexos, às custas do estudo das semelhanças entre eles.

Heterossexualidade

Adrienne Rich, através de sua análise da heterossexualidade imposta às mulheres através de forças estruturais controladas pelos homens, destacou uma idéia-chave: que a heterossexualidade não é construída necessariamente uma instituição natural mas socialmente construída. Todavia, as forças estruturais não bastam para explicá-la. Parece pelo menos insuficiente afirmar que a heterossexualidade foi imposta às mulheres sem mencionar sua parte de acordo com a mesma (Rich apenas menciona a resistência oferecida por algumas mulheres através da história). Ter em conta ambas as atitudes levaria-nos a examinar sob que condições a heterossexualidade é opressiva e portanto em que condições não o é.

Falar da heterossexualidade simplesmente para destacar seus aspectos exploradores (tarefa esta necessária, sem dúvida) e, portanto, para rechaçá-la de pronto significa correr o risco de não compreender a vida da maioria das mulheres e, como resultado, não impulsionar um movimento que possa mudar sua situação.

Isso sugere a necessidade de recorrer-se a outras fontes de explicação, como por exemplo a análise freudiana da escolha de objeto (*object-choice*), a fim de entender não só o comportamento heterossexual mas qualquer tipo de conduta sexual. Uma análise da heterossexualidade baseada unicamente em termos de poder, excluindo o sexual, implicaria que carecemos de responsabilidade na motivação sexual. De novo o velho vitorianismo reaparece com disfarce feminista: as mulheres continuam sendo vistas como peões manipulados pelos homens ou como vítimas de coações deles.

Rich ao mesmo tempo que corretamente enfatiza a solidariedade atu-

al e histórica entre as mulheres como um meio de resistência ao poder masculino (o próprio movimento feminista é um testemunho disso) tratou como um caso de falsa consciência a escolha de tantas feministas em continuarem sendo heterossexuais - sem por isso deixar de recorrer à solidariedade entre as mulheres para lutar contra a opressão masculina.

Ênfase na diferença

A ênfase nas diferenças e a apresentação de uma visão uniforme do comportamento de cada sexo, além de provocar uma descrição parcial da realidade obscurece as prováveis variações que existem na conduta de mulheres e homens considerados como coletivos aparte.

O pressuposto que subjaz ao enfoque de várias destas autoras é que as mulheres são melhores, senão superiores, aos homens. A base para este tipo de análise é dada pelo argumento de Nancy Chodorow em **O exercício da maternidade** sobre as consequências do fato de que as mulheres não só são as mães biológicas mas também, e quase que de forma exclusiva, sociológicas, isto é, são elas as que primordialmente ocupam-se de seus filhos. Para Chodorow, este fato resulta central na diferenciação entre os sexos.

Ela argumenta que "as mulheres" produzem filhas com capacidades e desejos maternos. Estas capacidades e necessidades são cimentadas e desenvolvidas a partir da relação mãe-filha. A divisão sexual e familiar do trabalho, na qual as mulheres são mães e estão mais implicadas que os homens em relações interpessoais e afetivas, produz entre filhas e filhos uma divisão das capacidades psicológicas que os conduzem a reproduzir esta divisão familiar e sexual do trabalho. Esta capacidade superior para as relações pessoais e afetivas que as mulheres possuíam forneceria o fundamento para argumentar que temos um mundo interior mais rico e profundo que os homens, que portanto são vistos pelas mulheres como seres limitados. Que cabe deduzir, pois, deduzir deste tipo de argumentação senão que somos superiores a eles?

Crítica política

A ênfase colocada nas diferenças frente as semelhanças entre os sexos pode conduzir a um novo sistema de segregação sexual que corre o risco de constituir uma nova fonte de opressão. O retorno aparente, desta vez com rosto feminino, ao velho modelo vitoriano e biologicista de uma agressividade sexual masculina e de uma passividade feminina, que coincide com a visão da direita sobre a natureza sexual dos gêneros e das mulheres como vítimas e não como sujeitos de seus destinos.

Mesmo quando a identificação das mulheres com a natureza e dos homens com a cultura é reconhecida, em princípio, por algumas feministas como uma criação social e masculina, esta identificação tende a ser reificada como um fato verdadeiro, com a consequência indireta de perpetuar esta situação, que comporta um *status* inferior para as mulheres.

A modificação das qualidades "femininas" e a implicação de que somos superiores aos homens parece propor um novo modelo de desigualdade, mas no qual o peso favorável recai agora do lado das mulheres, o que constitui simplesmente uma reversão do que os homens fizeram historicamente com as mulheres. É isso que queremos fazer? Reproduzir a desigualdade recriando seus termos?

A idéia de uma afinidade natural entre as mulheres está confundindo a solidariedade que as mulheres são capazes de desenvolver com uma espécie de mundo romantizado constituído por mulheres e para mulheres, com a exclusão dos homens. Mas cabe perguntar-se: de que maneira a separação entre os sexos pode-nos ajudar a superar as relações de dominação em um mundo no qual inevitavelmente os sexos têm que coexistir? A criação de uma nova moral sexual para as mulheres não faz mais do que limitar as diversas possibilidades que, pela primeira vez na história, estão abertas para as mulheres. □

Pode-se deduzir dos argumentos de Nancy Chodorow que as mulheres são superiores aos homens!

A orientação culturalista pode conduzir a um novo sistema de segregação sexual.



CUT: avanços na 6ª Plenária

RAFAEL FREIRE

A 6ª Plenária Nacional da CUT (24 a 27 de agosto) foi uma atividade de qualidade diferente dos últimos eventos nacionais da Central. Conseguiu trabalhar a inserção da CUT na conjuntura, abriu efetivamente a Central para os "novos temas" (ver o box sobre cota de 30% e a resolução sobre a questão racial) e recolocou a discussão sobre a necessidade de democratizar a participação em seus Congressos Nacionais.

O tom da Plenária foi diferente dos eventos anteriores, em primeiro lugar, porque verificou-se uma disposição em dialogar vários pontos importantes entre as correntes, incluída principalmente a Articulação Sindical. Isso traduziu-se em que não houve votação do "Balanço" nem de uma "tese guia" para a conjuntura. E foi possível fugir do tradicional *internismo* que afeta as discussões da CUT.

Da Plenária ao V Concut

Evidentemente, estas sinalizações são importantes para uma preparação de outra qualidade da discussão até o V Congresso Nacional da CUT, mas ainda revelam insuficiências. Em geral, as questões principais foram detectadas, mas ainda não houve a construção de uma política que consiga rearmar o movimento sindical cutista (por exemplo, em relação à disputa de projetos, eleição presidencial etc.)

O atual período está enormemente marcado pela polarização que provoca o fortalecimento da candidatura Lula à presidência da

República, o que permite uma discussão sobre bases mais objetivas também no movimento sindical.

Para a realização dessa discussão no V Concut, certamente, o critério aprovado de tirada de delegados em assembleias de base ajudará substancialmente para socializar discussões es-

tratégicas que estarão (e na verdade já estão) em pauta.

A marca da conjuntura

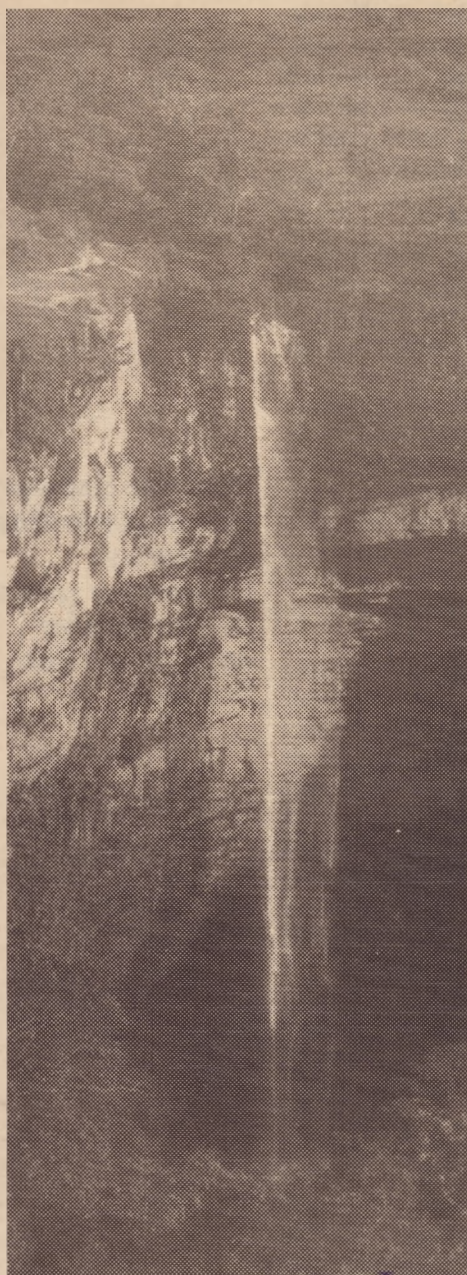
Na 6ª Plenária, houve um reconhecimento geral entre os setores cutistas que a marca da atual conjuntura é a disputa de projetos na sociedade, muito estimulada, seja pela tentativa de revisão constitucional a partir de outubro/93 ou pelas eleições quase-gerais de final de 1994.

Um primeiro embate se dá em relação ao governo Itamar. Na Plenária houve duas propostas em discussão, uma caracterizada por "*Não à política econômica do governo Itamar*" (proposta pela Articulação Sindical) e outra definindo "*Oposição ao governo e suas políticas*" (defendida em plenária pelo campo da Democracia Socialista-Fórum-Mosmsp, a Corrente Sindical Classista, que acabava de desembarcar do governo Itamar, e o PSTU). Essa diferenciação, no entanto, pode se diluir dependendo do encaminhamento do embate à política econômica, que sem dúvida, é o principal elemento de oposição ao governo.

Esta orientação deverá se materializar desde já nas campanhas salariais do segundo semestre, no enfrentamento da revisão constitucional, e na luta pela derrubada do veto ao projeto de reajuste mensal 100% (que ainda está em pauta no Congresso). A Plenária resolveu ainda orientar no sentido "que a conquista do reajuste mensal integral (100%) para todas as categorias é um dos principais eixos de combate ao arrocho salarial do governo Itamar" e "portanto... conclama a todas as categorias com campanhas em curso que busquem sem tréguas com todas as forças a conquista destas bandeiras".

Em relação à revisão constitucional que as elites conservadoras pretendem iniciar em outubro deste ano, foi aprovado uma resolução que denuncia a revisão agora como golpe, e coloca uma campanha para "barrar a revisão e aprofundar a elaboração e debate sobre as propostas dos trabalhadores para o Brasil". Neste sentido, a conformação de uma ampla frente que inclui a CUT, Contag, CNBB, OAB e outras entidades da sociedade civil que apontam na mesma direção foi um passo fundamental já dado.

Neste sentido, está previsto para o dia 5 de outubro a ocupação de Brasília, quando uma grande concentração popular de caravanas de todo o Brasil será acompanhada de manifestações em todo o país, incluídas paralisações do trabalho. A Plenária apontou também a possibilidade de se trabalhar uma



As cotas na CUT

"A luta não é teatro. Precisamos de representação real". Este foi o lema com que as mulheres entraram na Plenária Nacional. Eram 17% de mulheres na plenária. As cotas foram aprovadas em mais de 18 estados, sendo que em vários destes, praticamente, por unanimidade (como RS, PB, MG, ES e PR, entre outros). Delegadas e delegados já traziam de seus estados o gosto da vitória, sem dúvida um dos temas mais amplamente discutidos nas pautas das plenárias estaduais. Recolocar este tema nesta Plenária foi um acerto de cotas com a proposta aprovada indicativamente na plenária passada, a das metas, que nem sequer foi rerepresentada à Plenária.

Cota móvel. A novidade estava na proposta apresentada na plenária de São Paulo, que passou a ser conhecida por "cota móvel": as categorias reunidas para tirar delegados(as) aos congressos da CUT, deveriam eleger no mínimo 10% e no máximo 30% de delegadas, o somatório desta representação nas categorias define o percentual de mulheres que comporá as respectivas instâncias da Central.

Esta proposta, assim como as metas na plenária passada, passou a ser a grande saída para

aqueles contrários a qualquer política de ação afirmativa. Defendida através de um discurso rebaixado de que os 30% só privilegia as mulheres que conquistaram um espaço no mundo sindical, esquecendo aquelas que nem sequer chegam às plenárias. O que estes companheiros e companheiras que defenderam a cota móvel de forma tão apaixonada esqueceram nos seus discursos é de que as mulheres chegam no máximo aos congressos e plenárias, são importantes para levantar crachás, mas na composição das direções, nas negociações, nas mesas de coordenação, dificilmente estão presentes. Nossa luta é para conquistar todos os espaços, inclusive os espaços de poder. Construir mulheres dirigentes, só é possível participando dos espaços de direção. A proposta da "cota móvel" já trazia no método de sua construção um viés autoritário, ao desconhecer toda a acumulação que o movimento de mulheres construiu dentro da CUT, inclusive para chegar aos 30% unificando homens e mulheres das mais diversas correntes, não reconhecendo a legitimidade da própria coordenação nacional de mulheres da CUT que vem construindo a proposta a mais de dois anos, ao não propor a discussão.

O tensionamento que diversos setores realizaram para ver aprovar a "cota móvel", tentando apresentá-la como uma proposta intermediária entre os 30% e os contra qualquer percentual.

Vitória. Mesmo com a tentativa de aglutinar aqueles contra e ganhar vários defensores na cota de 30%, elas foram aprovadas por ampla maioria em todos os grupos. Na plenária final foram apresentadas três propostas (contra as cotas, "cota móvel" e a favor das cotas), sendo que a cota obteve, aproximadamente, 55% dos votos.

De todas as correntes que atuam no interior da CUT, somente O Trabalho tem posição contrária. Todas as demais correntes ou se dividiram ou tem posição favorável às cotas. Esta resolução tem um significado histórico, certamente em muito contribuirá para, além de construir espaços mais igualitários entre homens e mulheres dentro da CUT, dar um perfil mais feminista para esta Central e onde questões como creche, por exemplo, não serão mais esquecidos em eventos como este.

Marilane Teixeira

greve geral nacional se a pretendida revisão constitucional chegar a atingir interesses dos trabalhadores.

Houve um consenso entre as diversas correntes sobre a necessidade da CUT intervir ativamente no processo que vai até a eleição presidencial de 94. Foi aprovado fundir três textos de resolução apresentados que apontam para a necessidade de buscar a polarização da sociedade a partir de um programa democrático e popular de reformas estruturais e em diálogo, inclusive, com os setores não organizados da sociedade. O mote escolhido para desenvolver tal discussão é "O Brasil que queremos" em contraposição ao Brasil das elites.

Duas polêmicas

Nas questões da conjuntura duas discussões importantes aconteceram: a participação da CUT na campanha contra a fome e a intervenção nas câmaras setoriais.

Em relação à campanha contra a fome duas questões foram polêmicas. Em primeiro lugar, se a CUT deveria participar ou não na distribuição de alimentos. O entendimento amplamente majoritário (apenas não aceito pelo PSTU) é de que a solidariedade concreta expressa na distribuição de alimentos não anula nossa intervenção na denúncia das causas da fome nem na explicitação da necessidade de reformas estruturais (entre as quais se apontam a reforma agrária, o reajuste mensal, o salário mínimo, não pagamento da dívida externa etc.)

Em segundo lugar, foi debatido se a CUT deveria participar em comitês amplos (que incluíssem governos, por exemplo, municipais, e setores empresariais). Foi definido, também por amplíssima maioria, que é importante a CUT participar em comitês amplos com suas bandeiras e tomando iniciativas fortes, e sem abrir mão de formar comitês próprios.

A campanha contra a fome é vista, por amplos setores da CUT, como uma expressão concreta de uma visão solidária entre os trabalhadores e como um momento decisivo de dialogar com setores marginalizados da sociedade que tradicionalmente tem sido massa de manobra de setores da direita. Assim, o que está em jogo é a disputa da hegemonia de amplos setores da sociedade e que o movimento sindical cutista mostre uma faceta nova, a de tratar efetivamente de temas que interessam não apenas aos trabalhadores com carteira assinada, sindicalizados etc.

Outro momento de polêmica foi o das câmaras setoriais. O importante da discussão nesta oportunidade é que foi explicitado que a questão não é mais o "participa/ não participa" das câmaras - até porque a corrente que mais enfaticamente defendeu e defende "não participar", o PSTU, tem membros de sua direção nacional participando ativamente nas câmaras da construção civil e do setor químico. O campo formado na Cut Pela Base pela DS-Fórum-Mosmsp centrou sua intervenção no balanço concreto da participação das câmaras, mostrando que o problema está na estratégia da Central (e não na participação). A esta questão a Articulação Sindical respondeu timidamente que "para nossa atuação nas câmaras... a CUT deve realizar um amplo debate... para formular diretrizes de política industrial... assim permitiremos que nossa atuação esteja balizada em pressupostos que garantam a defesa das categorias e do interesse público nesses fóruns". O importante aqui é que finalmente se vislumbra a necessidade de discutir amplamente qual é a estratégia sindical frente a reestruturação produtiva.

A 6ª Plenária acabou reiterando a luta pelo levantamento incondicional do bloqueio norteamericano a Cuba. Esta deliberação é de fundamental importância num momento onde se acirram os ataques ao povo cubano, e as direções cutistas devem se esforçar em traduzí-la em atos concretos contra o bloqueio.

Questão racial

A 6ª Plenária ouviu um informe do primeiro seminário nacional realizado em Belo Horizonte (agosto/93) sobre o papel da CUT no combate ao racismo e aprovou por unanimidade uma proposta de ação construída nesse fórum. Alguns dos pontos levantados foram: realizar uma campanha nacional pela implementação da Convenção 111 da OIT; criar um banco de dados sobre desigualdades raciais no trabalho; desenvolver uma revisão crítica do programa de formação da CUT, a partir de uma abordagem anti-

racista; assegurar de imediato a realização, em larga escala, de um curso introdutório nas temáticas de sindicalismo e racismo, inclusive nas escolas nacionais da CUT; desenvolver seminários estaduais até fevereiro de 94 e um grande encontro nacional em março de 94 visando preparar a intervenção no V Concut.

V CONCUR

Uma mudança importante, introduzida pela Plenária, é o critério que os delegados ao V Congresso Nacional da CUT serão tirados em assembleias de base como regra geral, e não nos Congressos Estaduais.

Os critérios aprovados são:

- os sindicatos que possuem mais de 750 sócios elegerão delegados diretos para o V Concut na proporção de 1 para 1500 sócios ou fração de 50% mais 1 (os mesmos parâmetros serão usados com as oposições reconhecidas)

- o conjunto das entidades que não tenham mais de 750 sócios elegerão delegados considerando o número de sócios de todas elas, na proporção de 1 delegado para cada 1500 sócios representados pelas mesmas, a partir de 750, no Congresso Estadual, pelas bancadas dos respectivos sindicatos (nesse critério também estão incluídas as oposições).

- todos os delegados ao Congresso Nacional deverão participar dos Congressos Estaduais

- ficou definido que toda assembleia de tirada de delegado deverá observar um quorum mínimo de 50 trabalhadores presentes, com exceção das entidades que elegem mais de 17 delegados, que deverão observar um quorum no mínimo, três vezes o número de delegados a que têm direito.

Ficou definido que o V Concut será realizado de 1 a 5 de junho de 1994 e um calendário de preparação: 31 de dezembro, prazo para filiação de sindicatos, quitação de débitos, atualização do número de sócios; os Congressos Estaduais deverão ser realizados nos meses de março e abril de 94; a reunião da Direção Nacional de dezembro elaborará uma tese da direção da CUT, garantindo a pluralidade de opiniões existentes na direção e / ou nos sindicatos filiados que encaminharem as propostas para a Direção Nacional da CUT. □

Rafael Freire é da direção da CNTE



A Plenária armou a CUT para a conjuntura, abriu novos temas e preparou a democratização do próximo Congresso.

A aprovação da cota de 30% de mulheres nas instâncias de direção da CUT foi uma vitória importante da Plenária.



PORTE PAGO

DR/SP ISR 40-2063/85

DR/RS ISR 49-083/88

IMPRESSO

JOSÉ CORRÊA

O massacre de 21 moradores da favela de Vigário Geral, no Rio de Janeiro por policiais militares do 9º Batalhão, vem se somar a uma longa lista de chacinas praticadas pela PM no estado. São oito jovens mortos na Candelária em 23 de julho; 11 jovens mortos em Acari, em 1990 (os "suspeitos" são soldados do mesmo 9º Batalhão da PM); dez jovens mortos com tiros na cabeça pela PM no morro de São Carlos dois anos antes. Agora, os assassinatos foram cometidos como vingança pela morte de quatro PMs no dia anterior nas proximidades da favela, quando iam extorquir comerciantes da região.

Mas a violência de bandos de extermínio, compostos por policiais ou não, como política oficiosa ou não, é endêmica no Brasil. Elas vem sendo cometidas com total impunidade em todo o país, como mostra mais um recente genocídio de índios ianomamis por garimpeiros em Roraima (onde já somam centenas; é prática cotidiana), o massacre de 111 prisioneiros no Carandiru pela PM do estado de São Paulo ou o brutal assassinato de Texeirinha pela PM do Paraná.

Várias explicações são oferecidas e discursos sobre o tema construídos por instituições e setores sociais: o crescimento da criminalidade pelo aumento da miséria; a "desagregação do tecido social"; o "desgoverno" e a crise do Estado etc. Há elementos de verdade em várias destas explicações, que expressam o quadro de uma prolongada crise nacional, mas eles não explicam o tipo de criminalidade vinculada ao extermínio que está aumentando em todo o país.

Duas raízes

Há pelo menos duas causas estruturais interligadas que têm um peso importante para o entendimento dos massacres. Uma primeira, que vem sendo destacada pelos analistas mais lúcidos, é a militarização das PMs. Os crimes cometidos por policiais militares são, em virtude disso, julgados por tribunais especiais compostos por seus pares. A impunidade é completa. Além disso, a militarização institui um processo algumas vezes sádico de desumanização da "tropa", que são mais a regra do que a exceção. A aprovação do projeto do deputado Hélio Bicudo, que desmilitariza as polícias estaduais e unifica as polícias civil e militar é uma necessidade urgente.

Uma segunda raiz diz respeito às relações estabelecidas pela estrutura federativa do Estado nacional, que possibilita que certas oligarquias controlem aparelhos de estado regionais a margem do respeito à legalidade estabelecida. Isso é particularmente visível nas zonas de fronteira da Amazônia: Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, onde prevalece a lei do mais forte. Estas regiões não têm condições de administrar muitos dos serviços básicos para suas populações, a começar pela segurança pública. Mas o império do arbítrio, com as polícias funcionando como corpo de segurança privado das famílias dominantes, prevalece

Violência e crise nacional



em muitos outros estados, particularmente no Nordeste. Tivemos um exemplo visível disso na recente intervenção do exército na PM de Alagoas. Estes casos apontam para a necessidade de estabelecer o controle do Ministério Público Federal sobre as instâncias estaduais (hoje, muitas vezes formal) e eventualmente ampliar o papel da Polícia Federal.

Política consciente

Mas há um fator central para compreender os massacres. *Eles não são fruto do desgoverno, mas de um certo tipo de governo, de políticas de segurança conscientemente estabelecidas pelos governos estaduais há já bastante tempo.* O massacre do Carandiru em São Paulo é a culminância de uma orientação de 15 anos na PM paulista, cujo símbolo, a "Rota", já matou centenas e talvez milhares de inocentes. O extermínio dos ianomamis é a política oficial do governo de Roraima, que vai continuar produzindo o assassinato de muitos índios todos os anos.

O Rio de Janeiro é o caso mais claro disso. Brizola levou, desde 1982, uma política de segu-

rança que trabalhou no sentido de estabelecer uma convivência pacífica entre a polícia e o narcotráfico. O resultado foi o imbricamento, ao longo de uma década, entre os dois setores.

Hoje, o crime organizado no estado está dividido em duas quadrilhas: a do narcotráfico e a da polícia e a segunda é muito mais perigosa para a população que a primeira. Afinal, é possível para os habitantes de um bairro negociar relações mais estáveis com as gangues que controlam a região, cujos membros moram aí, mas não com os grupos de "proteção", de extermínio, de roubo de carros, de assalto a bancos e de sequestro na polícia. Um círculo vicioso implacável foi estabelecido. O narcotráfico sobrevive porque paga à polícia e a polícia estimula a expansão do crime organizado.

Respostas

A resposta a estes casos emergenciais não pode esperar as reformas estruturais vinculadas à alteração da legislação federal. A situação do Rio é gravíssima. A PM é a principal ameaça à segurança pública no estado. Mas a resposta para este problema não é a intervenção do Exército no estado, como defende por exemplo por Jânio de Freitas, na capa da Folha de São Paulo de 1º de setembro: "se a polícia se põe em desobediência civil, o governador não tem como reconduzi-la à disciplina. Só o pode fazer uma força física superior à da polícia. É o Exército, no caso das PMs".

Há razões práticas para que não seja assim, como o fato do exército não ser preparado para tarefas de segurança. Mas há também razões políticas: os setores mais reacionários das classes dominantes estão começando a compreender que suas opções nos marcos institucionais estabelecidos, tendo como horizonte a disputa de 1994, estão ficando cada vez mais reduzidas e vêm insinuando que uma ruptura da ordem é a única saída. Já surge a proposta de uma candidatura militar para 1994. Estimular uma volta do Exército como "guardião" da ordem interna à cena política (porque é disso que se trata) é, neste quadro, temerária. A intervenção no estado pode também colocar Brizola, hoje um político completamente derrotado, como vítima, dando-lhe um novo fôlego.

A resposta para este problema tem que ser conduzida em marcos democráticos, através da interferência do Ministério Público no nível estadual e federal, da mobilização da sociedade civil e do completo desmantelamento do crime organizado, em primeiro lugar na PM carioca.

Não devemos menosprezar o perigo que a escalada de violência - que não pode ser chamada de "desorganizada" nem ser considerada fruto de um "desgoverno" - para o projeto democrático e popular. Ela alimenta uma recomposição do tecido social e uma cultura política que só beneficia a direita e vai ser usada contra a esquerda e a democracia. Na Argentina os esquadrões da morte da ditadura militar começaram como grupos de extermínio de bandidos nas vilas operárias no último governo de Perón. Não podemos deixar que a serpente saia do ovo no Brasil. □